

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Centro Sócio Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

BRUNO MARLOS RONCONI

Zonas econômicas intermediárias na Economia-mundo:
O debate entre os conceitos de semiperiferia e subimperialismo

Florianópolis, 2011

BRUNO MARLOS RONCONI

**ZONAS ECONÔMICAS INTERMEDIÁRIAS NA ECONOMIA-MUNDO:
O DEBATE ENTRE OS CONCEITOS DE SEMIPERIFERIA E
SUBIMPERIALISMO**

Monografia submetida ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito obrigatório para a
obtenção do grau de Bacharelado.
Orientador: Pedro Antônio Vieira

Florianópolis, 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 8 ao aluno Bruno Marlos Ronconi na
Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Pedro Antonio Vieira

Nildo Domingos Ouriques

Wagner Leal Arienti

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho só tornou-se possível com a presença e apoio de algumas pessoas a quem devo reconhecimento e agradecimentos. Não constitui tarefa fácil lembrar-me de todos aqueles que, de alguma forma, inspiraram-me direta ou indiretamente na consecução de meus objetivos. Afinal, todos aqueles que fazem parte do meu círculo de vida contribuíram fatalmente nessa tarefa que tomou corpo durante meu último ano no curso de graduação em Economia. Em especial, agradeço:

Ao apoio de minha família, que constituiu a base através da qual pude erguer meu caráter, educação, e trilhar meus passos para o futuro. Foi o zelo dado por eles que me fez aquilo que sou hoje, respeitando os valores que me foram transmitidos e, mais do que isso, transmitindo esses adiante. Não posso deixar de frisar de forma especial o apoio ininterrupto de meu pai, Harry, e de minha mãe, Luciana. Reconheço e agradeço por cada lição, aprendizado, e experiências que vocês me proporcionaram.

A todos que convivi durante minha vida acadêmica, e que fizeram desses quatro anos os mais inesquecíveis de minha vida. Primeiramente, muito obrigado a todas as pessoas da sala de Ciências Econômicas diurno 2007/1, que compartilharam comigo horas de estudo, diversão, e pura amizade. Em especial aos amigos Diego Pascual, Diego Paludo, Gustavo Quintela, João Paulo Dias, Leonardo Pirola, e Felipe Costa.

Ao meu orientador, Pedro A. Vieira, que desde o início aceitou o desafio de orientar uma monografia em um tema teórico e de difícil análise. Agradeço imensamente o apoio, orientação, e amizade, que possibilitaram o término desse trabalho.

RESUMO

A observação da existência e do papel de zonas intermediárias na economia-mundo capitalista alavancou o surgimento de teorias que tentam construir um arcabouço teórico capaz de descrever com clareza e solidez as relações existentes entre essas regiões e o resto do mundo. Tendo esse objetivo como cerne da discussão, o tema desenvolvido privilegia dentro desse debate as abordagens de Immanuel Wallerstein e Ruy Mauro Marini para o tema. Tendo tal análise como pano de fundo, é possível evidenciar similaridades, congruências, e disparidades que permitem esclarecer a aderência ou não entre os conceitos de semiperiferia (Wallerstein) e Estado subimperialista (Marini). Partindo dessa necessidade teórica, percorrem-se, no levantamento bibliográfico, os temas imperialismo, subimperialismo, sistemas-mundo, e semiperiferia. Através da elaboração de sete dimensões de comparação, o assunto é aprofundado, evidenciando que apesar de algumas similaridades, os dois termos em tela não devem ser compreendidos como sinônimos.

Palavras-chave: economia-mundo; semiperiferia, subimperialismo.

ABSTRACT

The questioning about the definition and the role played by the intermediate zones in the world-economy brings up the rise of several theories that aim to build a theoretical body that must be able to describe with clarity and solidity the relations between those States and the rest of the world. Keeping this goal in mind, the theme focus on the debate about the intermediate zones in the world economy and the different approaches taken by Immanuel Wallerstein and Ruy Mauro Marini. Taking this analysis as a backdrop, it's possible to identify similarities, congruencies and disparities that may show the adherence or not between the concepts of semi-periphery and sub-imperialist states. From this theoretical need, the literature review addresses the themes imperialism, sub-imperialism, world system analysis, and semi-peripheral states. Building seven comparative categories, the work goes deeper and shows that despite some similarities, both terms should not be understood as synonymous.

Key-words: World-Economy Analysis, semi-periphery, sub-imperialism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Tema e Problema	7
1.2 Justificativa	9
2 METODOLOGIA.....	11
3. UMA BREVE APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE IMPERIALISMO	12
3.1 Lênin: Imperialismo, fase superior do capitalismo	12
3.2 Giovanni Arrighi: O aprofundamento do debate.....	16
3.3 O Imperialismo de Hobson	18
4 SUBIMPERIALSMO	21
4.1 Elementos do subimperialismo	24
5. A ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO: ECONOMIA-MUNDO COMO UNIDADE DE ANÁLISE	29
5.1 O papel da semiperiferia na economia-mundo	32
6. SEMIPERIFERIA X SUBIMPERIALISMO	35
6.1 Quanto à unidade de análise	35
6.2 Quanto à função	38
6.3 Quanto ao papel do Estado	41
6.4 Quanto à mobilidade econômica dos Estados na hierarquia mundial	44
6.5 Troca desigual	46
6.6 Relações com o exterior	50
6.7 Quanto à operacionalidade do termo.....	53
7 CONCLUSÃO.....	56
8 REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problema

O debate sobre a definição e o papel de zonas intermediárias na economia-mundo capitalista suscitou o aparecimento de teorias que tentam explicitar e organizar dentro de um arcabouço teórico as relações existentes entre essas regiões e o resto do mundo. Entre essas teorias, a presente monografia privilegia as abordagens de Immanuel Wallerstein e Ruy Mauro Marini. Tendo tal análise como pano de fundo, buscar-se-á evidências, similaridades, e congruências que permitam elucidar o debate específico existente entre os conceitos de semiperiferia (Wallerstein) e Estado subimperialista (Marini).

Inicialmente, o objetivo desta pesquisa era tratar exclusivamente da noção de Estado subimperialista de Marini, procurando verificar sua aderência à realidade de hoje. No entanto, diante das primeiras leituras sobre o tema, percebeu-se que a análise dos sistemas-mundo também trata do papel das zonas intermediárias na economia mundial, utilizando, no entanto, outra designação, a semiperiferia. Fundamental para essa percepção foi o trabalho de mestrado de Fernando Correa Prado, defendido em 2010 na Universidade Nacional Autônoma do México, intitulado “Impensar el Desarrollo en América Latina: Elementos para la Crítica al Neodesarrollismo Actual a partir de la Teoría Marxista de la Dependencia y el Análisis de Sistemas-Mundo”. Neste trabalho, Prado realiza uma comparação mais abrangente, confrontando a própria teoria da dependência com a análise dos sistemas-mundo. A partir deste e de outros estudos sobre a economia-mundo, percebeu-se a necessidade teórica de analisar os contrapontos entre dois termos específicos: semiperiferia e subimperialismo que, a princípio, parecem designar realidades parecidas, ainda que através de análises distintas. Tal necessidade antecede à aplicação destes conceitos de forma empírica.

Com a intenção de dar essa contribuição, nossa pesquisa procurou alcançar o objetivo de evidenciar e discutir as discrepâncias, similaridades, e afinidades entre os termos “semiperiferia”, de Wallerstein, e “subimperialismo”, de Marini. Para concretizar a meta proposta, elencaram-se como objetivos parciais:

- Revisitar o termo imperialismo, destacando suas diferentes interpretações;
- Situar os conceitos de subimperialismo e Estado subimperialista no pensamento de Ruy Mauro Marini.

- Descrever sucintamente os principais elementos da Análise dos Sistemas-Mundo, com especial destaque para o conceito de semiperiferia
- Realizar a comparação entre a os conceitos de subimperialismo e semiperiferia, destacando as similaridades e divergências entre eles.

Com esse escopo de pesquisa em vista, esse trabalho se estrutura em sete capítulos, sendo os dois primeiros utilizados como introdução e metodologia, respectivamente. No capítulo III faz-se uma abordagem inicial do termo imperialismo, para que a análise subsequente do subimperialismo de Marini tenha suas bases bem definidas. O imperialismo caracteriza-se como um conceito de consenso ainda distante e que merece a atenção desta pesquisa. Objetivando adentrar essa problemática terminológica, consideramos essencial o estudo de Lênin (1917), Arrighi (1978) e Hobson (1902) e seus respectivos entendimentos a respeito do termo imperialismo. Tal necessidade teórica fica evidente uma vez que, para Marini, é imprescindível incorporar a teoria do imperialismo, assim como suas aplicações, às contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo na segunda metade do século XX. É esse o intuito do capítulo IV, que aborda a teoria subimperialista de Marini e seus principais elementos. Neste caminho, verificaremos a linha traçada por Marini que resulta em sua definição de subimperialismo e em seus elementos, ao adentrar o estudo da América Latina e suas relações com o mercado mundial. Como ressalta também Sader (2009), isso levou Marini a concluir que esse processo era o resultado da própria transição para o capitalismo, no marco de uma determinada divisão do trabalho.

Se de um lado observamos que o termo “imperialismo” é utilizado na teoria da dependência e na obra de Marini a fim de designar o desenvolvimento do subdesenvolvimento, as preocupações tradicionais das teorias sobre o imperialismo foram assumidas nos últimos tempos pela análise do sistema-mundo, a qual é tema do capítulo V. Como aponta Arrighi (1997), “a economia-mundo foi definida como um sistema-mundo não encerrado por uma entidade política única”. A análise de Wallerstein estende a unidade de análise para o sistema global mundial como um todo. Ainda no capítulo V focaremos o papel conferido à semiperiferia dentro da análise dos sistemas mundo. A semiperiferia, tema fundamental de estudo neste trabalho, é vista como uma região que ajusta atividades do núcleo orgânico e da periferia (ARRIGHI, 1998).

Tendo exposto, ainda que sucintamente, os principais traços dos marcos teóricos onde se situam os conceitos de subimperialismo e semiperiferia, chegamos ao núcleo de nosso trabalho, onde se apresenta as semelhanças e diferenças entre os conceitos, o que é feito no

capítulo VI. Nossa análise nos permitiu identificar sete dimensões que subsidiam uma idéia mais clara sobre as aproximações e distanciamentos entre os dois conceitos. O capítulo VII é destinado às principais conclusões da pesquisa.

1.2 Justificativa

O questionamento sobre o papel das zonas intermediárias na economia mundial é fundamental para a compreensão do próprio sistema capitalista. Os países que assumem esse *status* de zona intermediária possuem características que unem aspectos centrais e periféricos do sistema. Entende-se que a importância de tal estudo torna-se relevante na medida em que a quantidade de Estados que podem assim ser enquadrados não é pequena:

Uma das características mais notáveis da economia mundial é a existência de um número significativo de Estados que parecem permanentemente estacionados numa posição intermediária entre a maturidade e o atraso, como diriam os teóricos da modernização, ou entre o centro e a periferia, como diriam os teóricos da teoria da dependência (ARRIGHI, 1998, p. 137).

Como já frisado, o debate sobre a definição e o papel de zonas intermediárias na economia-mundo capitalista alavancou o surgimento de dois termos que, apesar de tentarem definir a mesma realidade, percorrem trajetórias distintas de análise: a teoria da dependência e a análise dos sistemas-mundo. Ambas correntes tentam explicitar e organizar dentro de um arcabouço teórico as relações existentes entre as zonas intermediárias da economia mundial e o resto do mundo. Porquanto, será esta a nomenclatura que utilizaremos, zona intermediária, quando nos referirmos ao objeto de estudo desse trabalho, que nos parece um termo neutro em relação às duas correntes que serão analisadas.

A comparação entre os dois termos, semiperiferia e subimperialismo, é fundamental para que futuros estudos possam definir com clareza quais são os países que se encontram nessa posição dentro do sistema econômico mundial. O próprio questionamento sobre o papel do Brasil na América Latina poderá ser melhor compreendido após o debate entre o conceito de subimperialismo e semiperiferia. Tal discussão ganha ainda mais preponderância com o fortalecimento econômico brasileiro na América Latina. Diante dessa constatação, um futuro estudo sobre a ascensão econômica do Brasil frente a seus vizinhos latino-americanos terá uma base mais sólida para ser erguido a partir da proposta que este trabalho abordará.

Ainda além, mesmo que as teorias da dependência e a análise dos sistemas-mundo já tenham sido confrontadas, o debate específico entre subimperialismo e semiperiferia parece que ainda não foi claramente discutido. Pode-se concluir, portanto, que a importância dessa pesquisa está no aprofundamento de um tema teórico relevante, que possibilitará e provocará uma melhor compreensão da realidade. Contribui assim na construção de uma tela através da qual se poderá melhor analisar as relações entre as economias intermediárias e os países com os quais estas se relacionam. É, portanto, um tema que deve ser matéria pertinente não só ao estudante de economia, mas também àqueles que pertencem ao campo das Relações Internacionais e buscam compreender a relação do Brasil com outros países da América Latina e do mundo.

2 METODOLOGIA

A questão suscitada por este trabalho exige a execução de uma metodologia racional e sistemática que possibilite analisar a concepção e o uso dos termos semiperiferia e subimperialismo. Essa pesquisa terá, portanto, cunho exploratório, uma vez que busca proporcionar maior familiaridade com o problema. Para Gil (1991), as pesquisas exploratórias têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias, tendo um planejamento bastante flexível. Isso porque “começa com um plano incipiente, que vai se delineando mais claramente à medida que o estudo se desenvolve” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p.21).

A caracterização desse tipo de pesquisa vai ao encontro do que é buscado por este trabalho, já que na maioria dos casos, as pesquisas exploratórias envolvem levantamento bibliográfico e análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 1991). É exatamente este o papel desse estudo, uma vez que revisa parte das bibliografias sobre economia-mundo e subimperialismo e busca realizar o contraponto entre dois pontos de vista.

Não constitui, no entanto, uma pesquisa histórica a respeito do assunto proposto, mas sim uma apresentação das idéias e teorias principais que tratam do tema. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica será constituída principalmente de livros e artigos científicos que discorrem sobre as idéias de semiperiferia e subimperialismo presentes na obra de Wallerstein e Marini, assim como outras obras que reflitam sobre as temáticas inicialmente propostas por nossos autores base.

3. UMA BREVE APROXIMAÇÃO AO CONCEITO DE IMPERIALISMO

O termo imperialismo tem sido amplamente utilizado em diversos debates econômicos e sociais. Nesses debates, o termo é tratado como um sinônimo quase perfeito da opressão exercida pelos países ricos e poderosos sobre os países economicamente mais fracos. Ou seja, o imperialismo representaria a relação política e econômica entre Estados capitalistas avançados e Estados subdesenvolvidos. Muitas dessas interpretações remetem ao livro “Imperialismo: Fase superior do capitalismo” de Lênin, embora possamos observar em diversas passagens da obra do autor que tal definição não representa a complexidade que abarca o conceito de imperialismo de Lênin. Dessa maneira, é oportuno fazer um breve apanhado da concepção do termo imperialismo, a fim de que as análises subseqüentes possuam rigor conceitual em relação à sua origem. Com esse objetivo, o estudo será dividido em três autores que consideramos essenciais ao entendimento do termo imperialismo: Lênin (1917), Arrighi (1978), e Hobson (1902).

3.1 Lênin: Imperialismo, fase superior do capitalismo

A interpretação de Lênin deriva diretamente da teoria da acumulação de Marx, e é elaborada e concretizada em seu livro “Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo”, escrito em meados de 1916. Contudo, o autor se utiliza também do livro *Imperialism: A Study*, do inglês J. A. Hobson, publicado em 1902, inclusive considerado o livro “a obra inglesa mais importante sobre o imperialismo” (LÊNIN, 1917, p. 09). De forma geral, o raciocínio de Lênin parte do próprio conceito de modo de produção capitalista marxista, assumindo que a sociedade capitalista se reproduz por um ciclo repetido de troca, produção e realização (circuito do capital). Por essa razão que Marx descreveu o capital como o valor que se auto-expande. O capital inicia o processo de reprodução trocando uma determinada quantidade de valor sob a forma de dinheiro por força de trabalho e meios de produção. Da produção nasce uma massa de mercadorias de maior valor que devem ser realizadas como capital-dinheiro. Esse processo se dá dentro da unidade organizacional, ou seja, dentro da empresa capitalista, e se destina ao mercado, onde ocorrerá a circulação de mercadorias. Esse processo se repete em escala cada vez maior, e à medida que o capital torna-se mais concentrado, os grandes monopólios se formam e enxergam a possibilidade e necessidade de ultrapassar os limites nacionais dos Estados.

Lênin associa diretamente o surgimento do imperialismo com o desenvolvimento dos monopólios ou trustes, sendo estes conseqüências naturais do processo de acumulação e centralização do capital inerentes ao capitalismo. É importante salientar que para o autor “a superioridade dos trustes sobre os seus concorrentes reside na grande dimensão das suas empresas e no seu notável equipamento técnico” (LÊNIN, 1917, p.23). Não convém aqui analisar todo o processo de crescimento histórico dos monopólios, mas é importante destacar um resumo da evolução histórica do processo monopolístico mundial descrito pelo próprio autor:

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LÊNIN, 1917)

É, portanto, no fim do séc. XIX que os monopólios tornam-se a base da economia mundial. Seria oportuno assinalar então que no século XX já não se pode mais utilizar a palavra capitalismo, uma vez que este se transformou em algo novo. É só a partir daí que Lênin enxerga a transformação do capitalismo em imperialismo. A diferença dessa fase monopolística da etapa de livre concorrência vai além da supressão das leis de mercado, por um fato fundamental, o papel dos bancos:

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação dos numerosos modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista, e por isso devemos deter-nos, em primeiro lugar, na concentração bancária. (LÊNIN, 1917)

Verifica-se que o uso da expressão “imperialismo capitalista” sugere que esta não seria a única forma de imperialismo existente. Lênin também expõe que é o aumento da concentração dos bancos que restringe a quantidade de instituições a que o capitalista pode se dirigir em busca de crédito. Isso significa dizer que a grande indústria fica cada vez mais dependente de um número reduzido de instituições. Esse número reduzido de bancos que, em conseqüência do processo de concentração, ficam à frente de toda a economia capitalista,

acentua a tendência de se chegar a um acordo monopolista, o que Lênin chama de “trust dos bancos”. Para ele, “Simultaneamente, desenvolve-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras” (LÊNIN, 1907). Cria-se, portanto, uma estreita relação entre a indústria e o mundo financeiro.

É através dessa relação estreita que Lênin percebe a formação do capital financeiro:

“Uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco, que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital. Graças a isto, converte-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. Este capital bancário - por conseguinte capital sob a forma de dinheiro -, que por esse processo se transforma de fato em capital industrial, é aquilo a que chamo capital financeiro. Capital financeiro é o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam. (LÊNIN, 1917)

Nessa nova etapa do capitalismo, tida como capitalismo-financeiro, a exportação de mercadorias ganha caráter secundário. Enquanto o que caracterizava os primórdios do capitalismo era a livre concorrência, no capitalismo-financeiro é a exportação de capital que ganha proeminência:

À medida que foi aumentando a exportação de capitais e se foram alargando, sob todas as formas as relações com o estrangeiro e com as colônias e as "esferas de influência" das maiores associações monopolistas, a marcha "natural" das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais. (LÊNIN, 1917)

A exportação de capital permite que a relação do país desenvolvido com os outros países se alargue. Essa relação de influência dos grandes monopólios internacionais no estrangeiro é uma das características fundamentais do conceito de imperialismo de Lênin. Não obstante, a exportação de capital é por vezes tida como elemento isolado que é capaz de identificar o estágio imperialista, mas em verdade depende da existência de uma série de outras peculiaridades. Ainda que já citadas implicitamente, convém listar explicitamente os pontos que caracterizam, segundo Lênin, o fenômeno imperialismo:

- Exportação do capital adquire importância primordial ao lado das exportações de mercadorias;
- A produção e a distribuição passam a ser centralizadas por grandes cartéis;

- Os capitais bancário e industrial se fundem, dando lugar ao capital financeiro, o qual dizia Lênin, criou a época dos monopólios;
- Há, portanto, substituição da concorrência pelos monopólios;
- As potências capitalistas dividem o mundo em esferas de influência;
- A divisão supracitada é concluída, abrindo a possibilidade de uma futura luta intercapitalista para redividir o mundo.

Note-se que a expressão utilizada é exportação de capital, e não movimentação de capital. Isso porque está subentendida aqui a idéia de movimentação além das fronteiras nacionais, ou melhor, Estados Nacionais. Na formulação de Lênin, o movimento de exportação de capitais está inserido num contexto de um mundo dividido por diferentes classes dominantes, cujo poder é representado pelo Estado de cada nação. Implica assim no papel de mediação dos Estados que intervêm no plano interno e externo de acordo com os interesses de sua classe dominante interna, inclusive no conflito com outros Estados. Daí deriva a conclusão de Lênin à cerca das guerras intercapitalistas, as quais têm suas origens na própria fase de acumulação imperialista.

Fica perceptível, portanto, que Lênin parte do arcabouço teórico marxista com o objetivo de periodizar o capitalismo, explicando assim o movimento internacional do capital. De forma geral, a própria teoria marxista divide esse movimento em fases específicas. Relembremos. Na fase da manufatura, o papel do dinheiro ainda é extremamente limitado. O movimento internacional do capital é principalmente de capital-mercadoria. Nesse cenário, as mercadorias manufaturadas de origem capitalista tendem a ser trocadas por matérias-primas e gêneros alimentícios. Esse período representa ao mesmo tempo a expansão do capitalismo e das forças produtivas nos países capitalistas, assim como o bloqueio dessas mesmas transformações em outros países. O capital mercantil tende a tornar rígidas as relações pré-capitalistas. No séc. XIX o capitalismo entra na fase de indústria moderna, e é acompanhado pelo desenvolvimento das instituições de crédito. A centralização e acumulação do capital tornam-se mais acentuadas, e a produção em escala cria a tendência a monopolização. No entanto, há na verdade uma combinação de monopolização e concorrência. É essa combinação que permite o início da época imperialista. Politicamente, como já citado, esse processo cria a tendência para a guerra intercapitalista. Já na esfera econômica, essa disputa se materializa na exportação de capital, também já discutida anteriormente. Com o sistema de crédito desenvolvido, há uma grande integração bancária e industrial, o que facilita a exportação do capital-dinheiro, e mais adiante, de capital-produtivo. É a passagem para a fase de capitalismo-financeiro.

A definição de imperialismo dada por Lênin encontra suas limitações quando reduzida ao simples enunciado “imperialismo, fase superior do capitalismo”, pois deixa de lado o caráter condicional e relativo da definição. Nesse sentido, o estudo de Giovanni Arrighi permite elucidar melhor as questões pertinentes ao termo.

3.2 Giovanni Arrighi: O aprofundamento do debate

Diante do debate em relação ao termo imperialismo, Giovanni Arrighi viu-se estimulado a desvendar a confusão terminológica e conceitual a respeito do termo que, segundo ele, possui profunda ambigüidade. Como vimos, Lênin definia-o como a fase monopolística do capitalismo. Como frisa Arrighi (1978), no entanto, essa definição abre espaço para uma dupla interpretação: como um postulado de identidade; ou como a declaração de um fato. Isso por que se o imperialismo é o mesmo que fase monopolista do capitalismo, temos dois nomes para um mesmo fenômeno. Arrighi defende que, na verdade, os dois termos designam fenômenos diferentes, mas relacionados.

A fim de aprofundar-se nessa problemática terminológica, Arrighi (1978, p.11) parte de uma citação de Lênin na qual o autor parece diferenciar o imperialismo do capitalismo:

La política colonial y el imperialismo existían ya antes de La fase última del capitalismo y aun antes del capitalismo. Roma, basada en la esclavitud, mantuvo una política colonial y ejerció el imperialismo. Pero los razonamientos generales sobre el imperialismo, que olvidan o relegan a segundo término la diferencia radical de las formaciones económico-sociales, se convierten inevitablemente en trivialidades vacuas o jactancias tales la de comparar “la gran roma con la Gran Bretaña”. Incluso la política colonial capitalista de las fases anteriores del capitalismo se diferencia esencialmente de la política colonial del capital-financiero. (LÊNIN, 1917, apud ARRIGHI, 1978, p.12)

Nessa passagem, Lênin parece admitir que o imperialismo não deve ser entendido como um sinônimo do capitalismo, ou mesmo como sendo uma de suas fases, até mesmo porque já existia antes do próprio capitalismo. No entanto, “por vezes o fenômeno é definido em relação à formação-social com a que coexiste em determinado momento histórico” (ARRIGHI, 1978, p.12). Arrighi afirma aqui uma idéia que já aparecia, de certo modo, nos escritos de Lênin, a concepção de que a definição de imperialismo deve estar historicamente determinada, ou seja, o conceito precisa estar submetido a um confronto com os eventos e tendências que podem ser observados naquele momento. Arrighi demonstra assim que encarar a definição de Lênin somente como um postulado de identidade, que iguala os termos

capitalismo e imperialismo é o mesmo que ignorar seu fator histórico. Ainda que Lênin tenha definido o imperialismo como a fase monopolística do capitalismo, “fez-lo observando o problema da estabilidade e da tendência à guerra entre países capitalistas rivais, que caracterizava o momento histórico no qual escrevia” (ARRIGHI, 1978, p.15).

No pós-guerra, o termo imperialismo foi ampliado para abarcar toda uma nova variedade de fenômenos que passaram a fazer parte do capitalismo. Isso permitiu que diferentes grupos, com diferentes expressões ideológicas, utilizassem o termo de maneiras diferentes. A tentativa de interpretar o postulado de identidade entre “imperialismo” e “etapa monopolística do capitalismo” é, segundo Arrighi uma tentativa de unificar três posições ideológicas:

a de los pueblos oprimidos (a la que se refiere la que significa imperialismo), la de la clase trabajadora (a la que se refiere la que significa capitalismo) y la de la pequeña burguesía campesina y artesana (a la que se refiere la que significa monopolista y/o financiero) (ARRIGHI, 1978, p.23).

A ambigüidade gerada pelo termo imperialismo é que deixa o campo aberto para essas interpretações. Segundo Arrighi (1978), esta é uma das funções da própria teoria em si, abrir possibilidades para diferentes investigações, juntamente com a função de dar confiança à ação política e de transformar-se em expressão ideológica dos membros que a compartilham, sendo que “o problema ocorre quando diante de anomalias que não se encaixam mais nos termos inicialmente propostos, tenta-se não modificar os termos, mas sim seus significados” (ARRIGHI, 1978, p.24). É isso que Arrighi julga acontecer com as interpretações marxistas sobre a obra de Lênin quando submetem o trabalho científico ao trabalho político:

La incapacidad de los marxistas para precisar y organizar la teoría de Lênin sobre el imperialismo de tal manera que pueda detectar el surgimiento de anomalías puede deberse no ya a factores accidentales, sino a una de las características fundamentales del mismo paradigma de Lênin, es decir, a la subordinación de las exigencias del trabajo científico a las del trabajo político (ARRIGHI, 1978, p.24).

Daí deriva-se a necessidade de desvendar a obscuridade do termo imperialismo. É justamente resolvendo as ambigüidades que cercam o termo que se “fortalecerá as relações entre o trabalho científico e político, transferindo as anomalias do plano da linguagem ao plano da análise” (ARRIGHI, 1978, p.25).

É a partir da concepção de Hobson que Arrighi visualiza o melhor enquadramento do termo imperialismo. Isso porque Hobson define o imperialismo a partir da definição de um momento histórico definido:

La transformación del nacionalismo, que había dominado el escenario internacional desde el final del siglo XVIII hasta el final del sec. XIX, en una tendencia general a la expansión de los Estados fuera de sus confines nacionales. (HOBSON, 1902, apud ARRIGHI, 1978, p.27)

De acordo com Arrighi, ao utilizar essa terminologia, Hobson tentava elaborar uma distinção entre o expansionismo de sua época e o expansionismo que havia caracterizado épocas anteriores a sua, comumente chamado de colonialismo. O expansionismo que Hobson observava não era da nação, e sim do poder do Estado.

3.3 O Imperialismo de Hobson

Para compreendermos a abordagem de Hobson (1902) ao termo imperialismo é necessário, inicialmente, verificar como o termo nacionalismo foi utilizado pelo autor. Citando John Stuart Mill, Hobson descreve o termo da seguinte forma:

A portion of mankind may be said to constitute a nation if they are united among themselves by common sympathies which do not exist between them and others. This feeling of nationality may have been generated by various causes. Sometimes it is the effect of identity of race and descent. Community of language and community of religion greatly contribute to it. Geographical limits are one of the causes. But the strongest of all is identity of political antecedents, the possession of a national history and consequent community of recollections, collective pride and humiliation, pleasure and regret, connected with the same incidents in the past. (MILL, 1861, apud HOBSON, 1902)

Percebe-se aqui que Mill busca desvendar as causas do próprio sentimento nacionalista; entre elas o sentimento de raça, a língua, a religião, e a geografia. No entanto, para o autor o elemento essencial é a identidade de antecedentes políticos. Tal identidade serviria como uma “cola social” através da própria história nacional que, como retratou Mill, nada mais é do que o compartilhamento dos mesmos orgulhos, humilhações, prazeres, e etc.

Partindo dessa concepção, Hobson definirá o imperialismo como um desdobramento do nacionalismo. Vejamos:

It is a debasement of this genuine nationalism, by attempts to overflow its natural banks and absorb the near or distant territory of reluctant and unassimilable peoples, that marks the passage from nationalism to a spurious colonialism on the one hand, Imperialism on the other (HOBSON, 1902).

Vemos que Hobson relaciona nacionalismo, colonialismo, e imperialismo. Tanto o colonialismo como o imperialismo são retratados como conseqüências da degradação do nacionalismo, ou mais precisamente, da tentativa de uma nação ou nacionalidade querer submeter outras. Nesse primeiro momento, isso nos leva a definir tanto o imperialismo como o colonialismo como formas não genuínas do nacionalismo. Tais formas advêm da tentativa do nacionalismo original de ultrapassar seus limites nacionais. Ainda que não seja uma definição precisa, esta é a base sobre a qual o estudo de Hobson se erguerá.

O nacionalismo tem, portanto, duas facetas na sua expansão para além do território nacional: por uma lado o colonialismo, e por outro lado o imperialismo. Em busca de uma abordagem mais clara, Hobson define o colonialismo como “a natural overflow of nationality; its test is the power of colonists to transplant the civilisation they represent to the new natural and social environment in which they find themselves” (HOBSON, 1902). Nada mais é do que a passagem de uma civilização a outro ambiente, ou melhor, um resultado do estabelecimento de um conjunto de imigrantes que tentam reproduzir no novo espaço o modo de vida da sociedade original.

Já a definição do termo imperialismo mostrou-se muito mais complexa. Citando Seeley, Hobson destaca a natureza do imperialismo:

When a State advances beyond the limits of nationality its power becomes precarious and artificial. This is the condition of most empires, and it is the condition of our own. When a nation extends itself into other territories the chances are that it cannot destroy or completely drive out, even if it succeeds in conquering, them. (SEELEY, 1883, apud HOBSON, 1902)

Novamente, nessa citação fica clara a idéia de que a concepção do imperialismo tem que necessariamente ser construída como resultado de um nacionalismo avançado ou não original, mas agora como iniciativa do Estado. Mesmo ao conquistar outro território, o Estado que ultrapassou seu limites terá dificuldades em exercer seu poder. E por que isso ocorreria? Justamente pelo caráter não genuíno dessa expansão. Se por um lado o colonialismo original consistia na migração de parte dos membros de uma nação a outra nação estrangeira que apresentava-se mal povoada ou mesmo não povoada, conservando os mesmos direitos que possuíam no país de origem, o imperialismo constitui-se de forma distinta. Hobson procura enfatizar isso através do próprio exemplo inglês. A distância entre as colônias inglesas e a Inglaterra, assim como o não gozo dos mesmos direitos na colônia ampliam o abismo entre essa realidade e o nacionalismo original, ainda que haja uma dependência política entre colônia e metrópole.

O autor aponta ainda que a novidade do imperialismo, guardado aqui o marco temporal, é sua adoção por diversos Estados-nação, criando, por consequência impérios que competem entre si, sendo “the notion of a number of competing empires is essentially modern” (HOBSON, 1902). A conclusão do autor é que o imperialismo planta a animosidade entre os impérios. Essa observação nos leva a outro traço do termo imperialismo:

From this aspect aggressive Imperialism is an artificial stimulation of nationalism in peoples too foreign to be absorbed and too compact to be permanently crushed (HOBSON, 1902).

Essa característica de “estímulo artificial ao nacionalismo” é consequência da própria reflexão inicial sobre o nacionalismo original, marcado pela relação natural de sentimento entre seus membros, e sua deturpação na forma de imperialismo. Indo mais além, Hobson observa o imperialismo como uma estratégia de negócio:

The Imperialism of the last three decades is clearly condemned as a business policy, in that at enormous expense it has procured a small, bad, unsafe increase of markets, and has jeopardised the entire wealth of the nation in rousing the strong resentment of other nations (HOBSON, 1902).

No entanto, é fundamental frisar que para o autor essa política comercial não advém do interesse da própria nação. Em verdade, o autor até mesmo expõe que tal política tem um alto custo para o Estado, além do custo político de animosidade diante de outras nações. Ora, qual seria então a semente do imperialismo, visto como política comercial? A resposta de Hobson é clara, e aponta o interesse privado como cerne na expansão imperialista:

The only possible answer is that the business interests of the nation as a whole are subordinated to those of certain sectional interests that usurp control of the national resources and use them for their private gain. This is no strange or monstrous charge to bring; it is the commonest disease of all forms of government (HOBSON, 1902).

O que Hobson transmite aqui é a idéia da subordinação da nação ao capital. Esse capital só tem interesse na sua própria reprodução. Essa subordinação, colocada por Hobson como a “doença” mais comum de todas as formas de governo é, na verdade, a essência do próprio capitalismo. É por esse mesmo motivo que, ao abordarmos a teoria dos sistemas-mundo mais adiante, observaremos que as relações econômicas são tecidas entre os capitalistas e não propriamente entre as nações.

4 SUBIMPERIALISMO

Ao utilizar-se da teoria do imperialismo em sua análise subimperialista, Marini apóia-se na teoria do valor de Marx, e busca penetrar no entendimento do modo de produção capitalista. Para compreender a produção de mais-valia na periferia, Marini afirma que diferentemente dos países centrais onde o momento da produção determina todo o ciclo, nos países dependentes é a circulação que ainda define o processo. Isso explicaria por que a força de trabalho na periferia é objeto de superexploração. Segundo Marini “para lutar contra o imperialismo, é indispensável entender que ele não é um fator externo à sociedade latino-americana, mas antes o terreno onde este finca suas raízes e um elemento que a permeia em todos os aspectos” (MARINI, 1974, p.8)

Da mesma maneira como o imperialismo é tratado por Lênin a partir da concentração do capital e formação dos monopólios nas economias centrais no final do século XIX, o subimperialismo é definido por Marini como uma fase histórica, definindo traços da própria essência da economia e do Estado, como ressalta Luce (2010). No entanto, antes de delinear uma concepção de subimperialismo, é importante destacar o raciocínio utilizado por Marini que o levou a tal conceito. De início, é importante destacar o papel de dois processos fundamentais: a concentração do capital; e a superexploração dos trabalhadores. O entendimento desses dois termos será essencial na própria formulação do termo “subimperialismo”. Destacando essa relação e o papel da tecnologia na exploração do trabalho, o autor aponta que,

[...] la absorción de técnicas modernas de producción por economías basadas en la superexplotación empeora la situación de los trabajadores, al expandir en ritmo acelerado el subempleo y la desocupación, o sea, al aumentar el ejército industrial de reserva. Independientemente del progreso técnico, la superexplotación actúa por sí misma en el sentido de agudizar la concentración del capital en la medida en que convierte parte del fondo de salarios en fondo de acumulación de capital, provocando como contrapartida la depauperización de las masas (MARINI, 1974, p.6).

Esse raciocínio é claramente focado no aspecto produtivo, uma vez que é na produção que as relações capitalistas se organizam. O emprego de novas tecnologias nos processos produtivos, em economias dependentes (baseadas na superexploração) tem como consequência básica o aumento do nível de desemprego. Diante desse exército de reserva crescente as condições de superexploração do trabalhador tornam-se facilitadas, permitindo que o processo de acumulação de capital ocorra de forma mais acentuada. Mas o que é

efetivamente o conceito de superexploração para Marini? Na verdade, tal entendimento perpassa a problemática da realização do capital na economia dependente, que será abordada mais adiante. Tratando do caso específico da economia exportadora latino-americana, Marini observa que a circulação se distancia cada vez mais da produção. Isto é, a economia passa a ser dependente do mercado externo e ter pouca relação com seu mercado interno. Como o consumo do trabalhador passa a ser irrelevante, este pode ser explorado ao máximo, pois as condições de realização do capital não dependem dele. O resultado foi “de dar livre curso à compressão do consumo individual do operário e, portanto, à superexploração do trabalho” (MARINI, 1974, p.52). Numa definição mais exata, “a superexploração se efetua através da redução do salário abaixo dos níveis de reprodução da força de trabalho” (SADER, 2009, p.285).

Ainda no que tange o aspecto produtivo, a industrialização, especificamente em países ainda em desenvolvimento, amplia as lacunas entre as chamadas indústrias dinâmicas (produtoras de bens de luxo, intermediários e destinados a essa produção) e indústrias tradicionais (produtoras de bens de consumo corrente), e também entre as grandes empresas, em sua maioria estrangeiras ou ligadas ao capital estrangeiro, e as médias e pequenas empresas. Para Marini (1974), esse processo de acumulação em condições de superexploração pode ser chamado de acumulação dependente. A fim de caracterizar de forma mais concreta essa acumulação dependente, Marini expõe suas duas características gerais:

- a) É desigual, dando origem a diferentes graus de desenvolvimento industrial;
- b) Reorienta o capital estrangeiro até o setor industrial dos países dependentes, pois ali esse encontra maior taxa de mais-valia, assim como a possibilidade que oferece aos países avançados de exportar para os países dependentes não só bens de consumo corrente, mas também bens intermediários e de capital.

Ou seja, a condição de acumulação dependente e de superexploração é que caracterizam o Estado dependente e o tornam atraente ao capital estrangeiro, pois este percebe que poderá obter ali maiores taxas de mais-valia e, portanto, aumentar seu ritmo de acumulação. Para Marini, a essência da dependência reside, portanto, em uma profunda contradição que aparece como consequência do contraste entre a capacidade produtiva do trabalho nos países que se situam no centro do sistema capitalista (consumidores de bens de salário) e a superexploração do trabalhador nos países periféricos (consumidores de bens de produção). De acordo com Sader (2009, p.268), “isso explicaria a crescente separação entre os países do centro e da periferia”.

Compreendido o papel da superexploração na acumulação do capital e daquilo que Marini chamou de “acumulação dependente” pode-se concluir que esse processo acentua ainda mais a concentração e a centralização do capital (monopolização). Aqui está um dos pontos-chave na compreensão da teoria subimperialista de Marini. Para o autor, essa centralização do capital beneficia fortemente os setores industriais, ou seja, aqueles que se distanciam do consumo popular. Basicamente, portanto, temos dois processos que distanciam a economia dependente de seu mercado interno: a superexploração, que impede o crescimento de um mercado consumidor interno; e a concentração do capital, que aumenta a produção de produtos que têm como destino o mercado externo. No caso da produção latino-americana, esta passou a não depender, para sua realização, da capacidade interna de consumo. Do ponto de vista do país dependente, ocorre a separação de dois momentos fundamentais do ciclo do capital – a produção e a circulação de mercadorias- cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a “contradição inerente à produção capitalista em geral, quer dizer, a que opõe o capital ao trabalhador enquanto vendedor e comprador de mercadorias” (MARINI, 1974, p.50).

O resultado é nítido: a redução da relação entre produção nacional e mercado interno. Decorre daí o que Marini chama de problema de realização da economia dependente, já que “ese tipo de industrialización conduce, en efecto, a una desproporción creciente entre la producción y el consumo: los problemas de realización” (MARINI, 1974, p.96).

A questão é elucidar como a economia dependente irá reagir a esse problema de realização. Segundo Marini (1974) há três formas de lidar com esse problema: através do gasto do governo; da distribuição regressiva dos recursos; e da exportação de manufaturas. Tais pontos serão discutidos mais profundamente no capítulo 6.6, já comparando com os pontos pertinentes à semiperiferia.

Agora já podemos concluir que o subimperialismo, na visão de Marini (1977) se define a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial, sendo que este deriva da nova divisão internacional trabalho. Como já frisado, o subimperialismo advém das leis da economia dependente, baseadas na superexploração do trabalho, separação das fases do ciclo do capital, na monopolização extrema em favor da indústria e na integração do capital nacional ao capital estrangeiro, resultando na seguinte definição:

(...) o subimperialismo é a forma que assume a economia dependente quando chega a fase de monopólio e de capital financeiro, desdobrando-se em uma política expansionista relativamente autônoma, e com dinâmica econômica dirigida por uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais. Ou seja, acompanha a maior integração do sistema produtivo capitalista

e ao mesmo tempo mantém a hegemonia exercida pelo imperialismo em escala internacional (MARINI, 1977, p.17).

Cabe agora analisarmos seus elementos mais profundamente.

4.1 Elementos do subimperialismo

Compreendido esse esquema lógico, pode-se prosseguir na busca por uma definição mais clara para o termo subimperialismo, assim como na identificação de seus elementos mais característicos. Em uma tentativa mais operacional de definir o termo, Marini ressalta que:

[...] el subimperialismo corresponde al surgimiento de puntos intermedios en la composición orgánica del capital a nivel mundial, a medida que éste progresa en la integración de los sistemas de producción, así como a la llegada de una economía dependiente a la fase del monopolio y del capital financiero. Igualmente se puede identificar a Brasil como la más pura expresión del subimperialismo, en nuestros días (MARINI, 1974, p.7).

O subimperialismo é tratado, portanto, como a fase monopolística da economia dependente, aonde há a presença de uma composição orgânica do capital intermediária e, como veremos adiante, uma política expansionista relativamente autônoma. Percebe-se aqui grande similitude com o próprio conceito “imperialismo” cunhado por Lênin e discutido na seção anterior, ainda que o país subimperialista seja definido em termos de “composição orgânica média do capital”, pois seria essa a condição que diferenciaria o subcentros de acumulação de capital do restante dos países subdesenvolvidos. Sobre o contexto histórico quando da formação desses subcentros é importante salientar que

o advento desses subcentros fora resultado da nova divisão internacional do trabalho levada a cabo no pós-II Guerra, sob o impulso do movimento de exportação de capitais na forma de investimento externo direto, que transferia para o parque industrial dos novos subcentros econômicos as atividades da produção que já haviam sido ultrapassadas pelo avanço da fronteira tecnológica nas economias dominantes (LUCE, 2011, p.23).

É a transferência desses parques produtivos que irá dar formato novo a divisão internacional do trabalho (DIT), na qual regiões antes produtoras de produtos primários começarão a produzir também manufaturados, em oposição a DIT anterior originada com a Revolução Industrial na Inglaterra (e em outros países industrializados), onde estes produziam manufaturados e a periferia produzia exclusivamente produtos primários. É assim que o conceito de composição orgânica do capital intermediária ganha preponderância na obra de

Marini. Na falta de uma caracterização mais precisa, o autor estima que a participação de manufaturas no produto interno bruto deveria ser maior do que 25 % para indicar essa composição intermediária. Nos anos 60, segundo Marini (1977, p. 31), “somente seis países possuíam tal composição”, e entre eles, três latino-americanos: Brasil, Argentina, e México. A compreensão do conceito de composição orgânica intermediária do capital perpassa o conceito de troca desigual. Tal conceito é utilizado tanto pela teoria subimperialista como também pela análise dos sistemas-mundo, razão pela qual será abordado em detalhes no capítulo VI.

No desenvolver dessa explicação, é cada vez mais pertinente ao esclarecimento dos elementos que compõem o subimperialismo, conjugar fatos e momentos históricos aos conceitos teóricos, de forma a elucidar de maneira menos abstrata a definição dos termos utilizados por Marini, de sorte que a partir daqui, intercalar-se-á assertivas teóricas e históricas a fim de desenvolver com mais robustez o tema. Nesse sentido, Marini frisa que o Brasil é a expressão máxima do subimperialismo em sua época. Sobre o caso brasileiro, Marini (1974, p.2) destaca que “a partir de 1964, com o regime militar, ocorreu um grande movimento de crescimento industrial, apoiado pela produção de alimentos e matéria-prima”. No entanto, essa expansão econômica trouxe consigo efeitos negativos, a saber, os problemas na realização do capital, já discutidos em sua noção teórica anteriormente. Isso ocorre porque por mais que a circulação de mercadorias pesadas, como máquinas e insumos seja significativa, esta circulação depende, em última instância, do mercado de bens finais. Estando esse mercado de bens finais interno limitado, a realização do capital encontrará problemas.

Com o intuito de desenhar o processo lógico que desemboca no conceito de subimperialismo, Marini remonta o processo de integração imperialista. Marini insistia em afirmar que a reprodução capitalista nos países que eram alvos da dominação imperialista devia ser estudada a partir da circulação mundial de mercadorias. O ciclo de produção, no que se refere à realização, assume forma específica no país dependente. Isso significa afirmar que a visão do autor parte do pressuposto que o subimperialismo nada mais é do que um resultado do avanço do imperialismo. Introduzindo as bases desse pensamento, Marini (1966, p.36) constata que “La progresión ascensional de la acumulación capitalista en la economía norteamericana y el proceso de trustización [...] tienen por resultado la concentración siempre creciente de una riqueza cada vez más considerable”. O período ao qual o autor se refere é o pós Primeira Guerra Mundial, especificadamente nos Estados Unidos. Diante do processo de concentração e crescimento da riqueza, a economia americana precisava de estratégias

antiinflacionárias, ou seja, maneiras de realizar gastos sem pressionar os preços. Essa necessidade será atendida por boa parte dos gastos bélicos e com publicidade. No entanto, nem todos os gastos puderam ser esterilizados dessa forma, e tiveram como destino o exterior. Subtrai-se daqui a constatação de que o movimento de exportação de capital é uma das características mais importantes do imperialismo contemporâneo (MARINI, 1966, p.36), guardado o marco temporal.

O movimento de capitais entre países, assim como o movimento interno de capitais, não pode partir de outra força senão da expectativa de ganhos superiores. Esse era o movimento de capitais norte-americanos que ampliava as fronteiras econômicas do país e exigia que o governo estadunidense também estendesse sua proteção além de suas fronteiras. Submetidos a essa penetração de investimentos americanos, os países em desenvolvimento receberam capitais e tecnologia que de fato criariam uma situação controversa. Vejamos. O primeiro impacto é de impulsão no desenvolvimento industrial. Como ressalta Marini (1966), a redução do prazo de renovação do capital fixo das economias avançadas, tem como consequência a necessidade constante de exportar seus equipamentos obsoletos às nações em processo de industrialização. Isso é consequência do processo rápido de inovações tecnológicas. Quando há o empecilho do estrangulamento cambial das nações em industrialização, isto é, quando estas possuem um câmbio desvalorizado que dificulta a importação de máquinas (já ultrapassadas no centro econômico), a exportação desses equipamentos é feita sob a forma de investimento direto de capital.

Ainda observando o exemplo brasileiro, Marini debruça-se sobre o período em que o governo militar de Castelo Branco (1964-1967) decide por acelerar a integração entre a economia brasileira e a economia americana. No entanto, essa decisão foi acompanhada pela intenção brasileira em transformar-se em um centro irradiador da expansão imperialista na América Latina. Assim, destaca-se a mudança na política externa brasileira após o golpe de 1964, já que “no se trata de aceptar pasivamente las decisiones norteamericanas, sino de colaborar activamente con la expansión imperialista, asumiendo en ella la posición de país clave” (MARINI, 1966, p.52). Essa é, pois, uma das características singulares do subimperialismo, uma relação de cooperação antagônica com o centro imperialista.

Entender esse elemento da teoria subimperialista exige a compreensão não só da contradição entre o Estado subimperialista e o centro imperialista, mas uma série de outras contradições originadas do próprio crescimento e relevância da produção industrial no país em desenvolvimento, das quais destacam-se: (MARINI, apud, LUCI, 2011, p.24)

- Entre os industriais e os grupos latifundiários exportadores, com disputas sobre o câmbio: moeda valorizada para importar maquinaria, ou desvalorizada para tornar as exportações agrícolas mais baratas;
- Entre a indústria e a agricultura doméstica - quanto à distribuição da massa de crédito;
- Entre os grandes proprietários de terras e o campesinato, quanto à questão da reforma agrária e o tratamento conferido aos conflitos no campo - problema que tinha uma conexão com a necessidade tida pelos governos populistas para criar um mercado de consumo de massas no país;
- Entre os empresários e a classe trabalhadora e também a pequena burguesia, em torno da taxa de mais-valia;
- Entre a economia subdesenvolvida e a economia dominante, no que se refere à transferência de valor para o exterior, seja mediante a drenagem de excedentes via pagamento de juros e remessas de lucros, royalties e dividendos, seja mediante a penetração do capital estrangeiro no controle do mercado doméstico

Esse movimento de contradições deriva também da esperança da burguesia brasileira em integrar-se ao imperialismo e intensificar a renovação tecnológica da indústria. Ou seja, é um acordo que a princípio beneficia ambos:

atiende a los intereses de la industria norteamericana, a la que le conviene instalar allende sus fronteras un parque industrial integrado que absorba los equipos que la rápida evolución tecnológica vuelve obsoletos; y, aún más, que desarrolle complementariamente ciertos niveles de la producción industrial en el marco de una nueva división internacional del trabajo (MARINI, 1966, p.70).

Resumindo tudo que foi visto até aqui, a teoria subimperialista parte de uma situação de dependência para explicar, em última instância, a forma como alguns países conseguem se transformar em subcentros de acumulação capitalista. Vejamos. Diante da situação de economia dependente, o país enfrenta o problema da inibição da demanda interna. Essa inibição, por constituir um obstáculo à seqüência do processo de industrialização (pois reduz o mercado consumidor e a capacidade de importar máquinas) acaba por integrar o país ao imperialismo, como uma forma encontrada pela “burguesia dependente” para assegurar seu poder. Resulta daí a solução de recorrer ao mercado externo para realizar o valor contido em suas mercadorias e assim valorizar seu capital. A integração do capital estrangeiro ao nacional

é necessária para levar a cabo o projeto de industrialização. Ao chegar a um patamar de composição orgânica do capital intermediária e possuindo uma política expansionista relativamente autônoma, a nação exerceria um papel ora dominante diante de outras nações mais pobres, e ora dominado diante da potência imperialista, ainda que por vezes, ao colocar seus objetivos nacionais à frente dos interesses imperialistas, apresente uma postura antagonica com o centro do sistema.

Vejamos agora como a análise dos sistemas-mundo se situam nessa discussão, para que então possamos compreender o significado do termo semiperiferia e, mais adiante, compará-lo com o conceito de Estado subimperialista.

5. A ANÁLISE DOS SISTEMAS-MUNDO: ECONOMIA-MUNDO COMO UNIDADE DE ANÁLISE

Em primeiro lugar, a preocupação com a unidade de análise não é comum na maioria dos autores, que embora tenham uma, não a explicitam. Para Wallerstein (2005), a unidade de análise que deve servir como marco geral de todas as análises não deve ser outra senão o sistema-mundo considerado em sua totalidade. Se esta, e somente esta plataforma de análise é considerada correta pelo autor, pode-se entender que o uso de qualquer outra plataforma constitui uma diferença metodológica decisiva para Wallerstein. A adoção de tal unidade de análise, impede desconsiderar ou minimizar “las dinámicas supranacionales que siempre determinan e influncian, de manera esencial, a todos los hechos, fenómenos y procesos sociales acontecidos em cualquier parte del mundo durante el último médio milênio transcurrido” (ROJAS, 2007, p.23).

De tal maneira, o termo economia-mundo irá aparecer, de forma mais explícita, no começo dos anos 70, como uma resposta as debilidades nas unidades de análise até então utilizadas, crítica feita inicialmente por Braudel (1987). Pode-se inferir que o significado da utilização da unidade de análise sistema-mundo é a superação daquela que tinha como plano central o próprio Estado Nacional. De fato “a economia mundo é um sistema social que contém múltiplas unidades políticas e culturais, e representa uma zona integrada de atividade e instituições que obedece, a certas regras sistemáticas” (WALLERSTEIN, 2005, p.15). De maneira mais operacional, Wallerstein a define como

una gran zona geográfica dentro de la cual existe una división del trabajo y, por lo tanto un intercambio significativo de bienes básicos o esenciales, así como también un flujo de capital y trabajo. (WALLERSTEIN, 2005, p. 19)

A economia-mundo deve ser entendida, portanto, como um sistema social e histórico que foi se formando desde o século XVI até abranger o globo terrestre e que possui uma estrutura hierárquica desigual e assimétrica, podendo ser repartida em três zonas principais: o centro, que constitui um grupo de países pequeno e muito ricos; a semiperiferia, formada por poucas zonas ou países que possuem uma riqueza mediana; e a periferia, muito pobre e, por consequência do próprio capitalismo, muito explorada, constituindo a maior parte dos países e zonas do mundo.

É a partir da análise do sistema-mundo que, segundo Arrighi (1978), os termos centro e periferia, cunhados por Raul Prebisch, ganham um caráter relacional, e não apenas antinômicos. Surge a necessidade de designar claramente o que é um processo de produção central, e o que é um processo de produção periférico. Nesse sentido, Wallerstein (2005, p.16) expõe de maneira direta que a resposta para tal classificação está no grau em que cada processo particular encontra-se relativamente monopolizado ou submetido à livre concorrência.

A noção de economia-mundo abrange, portanto, o conceito de divisão do trabalho, e o intenso fluxo de mercadorias e de capital entre suas diversas unidades. Essa divisão gera, necessariamente, o acirramento das desigualdades, dada a permanente tentativa de exploração dos diversos tipos de trabalho, sempre objetivando extrair um valor excedente maior. Ainda além, não se entende a economia-mundo como sendo uma unidade política única:

[...] hay muchas unidades políticas dentro de una economía-mundo, tenuemente vinculadas entre sí en nuestro sistema-mundo moderno dentro de un sistema interestatal (WALLERSTEIN, 2005, p. 19).

Já surge aqui a idéia da existência de um sistema interestatal. Sua compreensão perpassa, em primeiro plano, a compreensão da figura do Estado nacional ou territorial na economia-mundo, que serão, pelo menos em tese, Estados soberanos. De acordo com Wallerstein (2005), a própria idéia de Estado soberano foi inventada no sistema-mundo moderno, sendo que “los Estados modernos existen, de hecho, dentro de un círculo de Estados, lo que hemos dado en llamar sistema interestatal” (p. 64). Percebe-se, portanto, que as duas idéias, Estado soberano e sistema interestatal, estão intimamente conectadas, pois o reconhecimento recíproco da soberania é um dos fundamentos mais importantes do sistema interestatal:

Con frecuencia han existido entidades que han proclamado su existencia como Estados soberanos pero fracasaron en recibir el reconocimiento de la mayoría de los restantes Estados. Sin tal reconocimiento, la proclama es relativamente inútil, incluso si la entidad retiene el control, de facto, sobre un territorio determinado (WALLERSTEIN, 2005, p.66).

Tal sistema interestatal é marcado também por uma contradição:

la competencia entre Estados fuertes está aminorada por una contradicción. Mientras que uno se enfrenta al otro en una suerte de juego donde la sumatoria final

es cero, mantienen en común el interés por sostener el sistema interestatal, y el sistema-mundo moderno como totalidad (WALLERSTEIN, 2005, p.82).

Há, apesar da contradição, um interesse comum em manter o sistema interestatal, justamente por que mantê-lo significa manter o *status quo* de poder. Resumidamente, o que é exposto tanto por Arrighi como por Wallerstein é essa ligação contraditória entre os Estados Nacionais e o capitalismo. Ambos surgem simultaneamente e criam uma relação de interdependência. No entanto, enquanto o Estado territorialista busca adquirir mais territórios e populações aonde possa exercer seu monopólio de poder, o capitalista busca acumular e reproduzir seu capital. Ou seja, ao mesmo tempo em que o Estado busca utilizar o capital como meio de adquirir mais territórios, o capitalista utiliza o Estado para acumular mais capital. É, obviamente, um jogo de poder, aonde os países mais fortes influem nos países mais fracos, sendo essa a peça vital do sistema interestatal:

Todos los Estados son, en teoría, soberanos, pero los Estados más fuertes encuentran más sencillo "intervenir" en los asuntos internos de los Estados más débiles que la situación opuesta, y todo el mundo es consciente de ello (WALLERSTEIN, 2005, p.80).

Diante disso, os capitalistas só prestarão auxílio ao Estado enquanto este der assistência à acumulação de capital. Isso fica claro nessa passagem de Wallerstein:

Si la compañía "extranjera" está domiciliada en un Estado "fuerte," podrá entonces apelar a su propio Estado para que use el poder estatal para presionar al otro a fin de que acceda a las necesidades y demandas de los empresarios del país más fuerte. Y por supuesto, este proceso es eje de la vida en el sistema interestatal (WALLERSTEIN, 2005, p.74).

É visível como somente em uma economia-mundo, ou seja, nessa entidade que contém múltiplos Estados dentro de um mesmo sistema interestatal, o capitalismo pode se reproduzir, dado que este depende da expansão de mercado não só para comercializar seus produtos, mas também para obter as vantagens da divisão internacional do trabalho. O capitalista atua unicamente com o intuito de acumular mais capital, e é punido com sua exclusão do sistema quando não o faz. No entanto, para reproduzir seu capital, o capitalista necessita da ampliação dos mercados fornecedores e consumidores. Pode-se verificar a complementaridade entre o capitalismo e o sistema-mundo de forma ainda mais profunda:

Los capitalistas necesitan de grandes mercados (de aquí (pie los minisistemas sean demasiado estrechos para ellos) pero también necesitan de una multiplicidad de Estados, para poder obtener las ventajas de trabajar con los Estados pero también para poder evitar Estados hostiles a sus intereses a favor de Estados amistosos a sus intereses. Sólo la existencia de una multiplicidad de Estados dentro de la división total de trabajo asegura dicha posibilidad (WALLERSTEIN, 2005, p. 20).

A razão pela qual o mercado não se encontra em condições de competição perfeita é, novamente, o próprio capitalismo. Havendo um mercado global de total mobilidade dos fatores e aonde os consumidores sempre possam optar pelos mercados de menor preço, a acumulação do capital estaria em sério perigo. É exatamente nesse sentido que Wallerstein (2005, p.20) coloca que “Los capitalistas necesitan, de hecho, mercados no completamente libres, sino mercados parcialmente libres”. Essa condição de monopólio influi na condição de centro ou periferia dos Estados. Como já discutido, o termo centro-periferia ganha um caráter relacional na análise da economia-mundo, e um Estado poderá ser classificado como um ou outro a partir das condições de produção internas:

La división axial del trabajo en una economía-inundo capitalista divide a la producción en productos centrales y productos periféricos. El concepto centro-periferia es relacional. Lo que queremos decir por centro-periferia es el grado de ganancia del proceso de producción (WALLERSTEIN, 2005, p. 22).

Alguns Estados, no entanto, possuem uma combinação quase igual de processos produtivos centrais e periféricos, e são tratados por Wallerstein como Estados semiperiféricos, novamente referindo-se aos processos produtivos desse Estado. São estes Estados que serão estudados com maior atenção na próxima seção.

5.1 O papel da semiperiferia na economia-mundo

Como esperamos ter deixado claro na seção anterior, a unidade de análise chamada economia-mundo capitalista é uma estrutura espacial hierárquica desigual, assimétrica, e que pode ser tripartida em três zonas fundamentais: o centro, que constitui um grupo de países pequeno e muito ricos; a semiperiferia, formada por poucas zonas ou países que possuem uma riqueza mediana; e a periferia, muito pobre e, por consequência do próprio capitalismo, muito explorada, constituindo a maior parte dos países e zonas do mundo.

As zonas centrais serão quase sempre as geradoras de tecnologias de ponta e sedes dos grandes monopólios transnacionais. Terão, por consequência, um elevado nível de renda, consumo e salários, gerados através da concentração de renda obtida através da exploração da semiperiferia e principalmente da periferia. A periferia, explorada via trocas desiguais, bloqueios no desenvolvimento de seu parque produtivo, e financeiramente através das dívidas externas serão sempre mais pobres e limitadas industrialmente, resultando num baixo nível de renda, consumo, e salários. E qual é especificamente a situação dos Estados semiperiféricos? Inicialmente é preciso reconhecer que há uma dificuldade em avaliar as diferentes estruturas de Estado de forma clara, dado que seria sempre uma simplificação não levar em conta os diversos graus de desenvolvimento político e econômico concernentes a cada Estado. Não obstante, Wallerstein (1974) destaca a necessidade de diferenciar os Estados semiperiféricos dos Estados centrais e periféricos. Considerando-se a existência de diferentes produtos, aqueles produzidos através de salários elevados e alta produtividade, e aqueles produzidos com salários baixos e baixa produtividade, o comércio entre eles concretiza a troca desigual, e mantém as desigualdades entre as três regiões. Vale destacar que a origem da troca desigual está intimamente relacionada ao próprio papel do Estado, temática que será melhor abordada no capítulo VI. Em um contexto intermediário se situam os Estados semiperiféricos, pois estes exportam produtos com maior nível de salário aos países periféricos, e importando dos países centrais produtos também de maior nível de salário do que seu interno. São países com fortes indústrias exportadoras de produtos a zonas periféricas, mas que não perdem o vínculo com as zonas centrais através da importação de produtos mais avançados.

Fossem o centro e a periferia as únicas realidades possíveis na economia capitalista, o sistema teria um caráter altamente instável. Não obstante, “a legitimidade e a estabilidade desse sistema altamente desigual e polarizador são reforçadas pela existência de países semiperiféricos” (ARRIGHI, 1998, p. 140). O grupo de Estados semiperiféricos atua como um contrapeso que ameniza a lucidez da desigualdade. Esse assunto também merecerá maior estudo no capítulo VI, sendo agora suficiente compreender que é nesse sentido que Arrighi (1998) expõe próprio conceito de semiperiferia, como sendo uma região que ajusta atividades do núcleo orgânico e da periferia, tal qual foram definidas anteriormente. A respeito dessa concatenação destaca-se que:

[...] a combinação mais ou menos igual de atividades de núcleo orgânico e de periferia oferece aos Estados semiperiféricos a oportunidade de resistir à periferização através da exploração de sua vantagem de receitas diante dos Estados

periféricos e sua vantagem de custo diante dos Estados do núcleo orgânico (ARRIGHI, 1998, p. 157).

O termo é tratado por Arrighi (1998), assim como foi por Wallerstein, como uma posição em relação à divisão mundial do trabalho. Nessa divisão mundial do trabalho, a semiperiferia se encontra inserida ainda dentro de uma economia capitalista muito maior, dividida em diversos Estados e passível de sofrer diversos tipos de choques e pressões. Desse modo, Arrighi (1998) afirma que o poder de cada Estado individualmente de dar forma às relações núcleo orgânico-periferia é sempre limitada pelo poder que outros Estados têm de fazer o mesmo. Na visão de Arrighi (1998) a razão da existência de uma estrutura de três camadas da economia mundial, quais sejam periferia, semiperiferia, e núcleo orgânico, é sua divisão numa multiplicidade de jurisdições de Estados, dotadas de capacidade desigual de impor ou resistir a periferização. A posição intermediária seria aquela ocupada pela semiperiferia, ou seja, obtendo vantagens na rede de trocas com Estados da periferia, e apenas benefícios marginais quando em relação com o núcleo orgânico.

6. SEMIPERIFERIA X SUBIMPERIALISMO

Compreendidos os significados dos termos “semiperiferia” e “subimperialismo”, podemos agora elaborar uma comparação mais estreita entre os dois, verificando quando se complementam e quando se opõem um ao outro. Nesse sentido, percebe-se que o método de construção dos termos “semiperiferia” e “subimperialismo” é que impõe a diferença fundamental entre eles. Sobre essa diferença, Luce (2011) destaca:

um trabalha de maneira eclética o comportamento de um estrato da divisão internacional do trabalho e sua correspondente hierarquia na distribuição do poder político mundial; enquanto o outro referencia-se nas categorias marxianas para pensar a realidade do capitalismo dependente latino-americano. (LUCE, 2011 p.183)

Há, portanto, uma diferença metodológica utilizada na análise do capitalismo, em especial na análise das regiões econômicas intermediárias que se situam entre o centro e a periferia. Resulta, como era de se esperar, em importantes divergências nas visões e conclusões a respeito do tema. Com o intuito de visualizar com mais clareza as diferenças entre os termos “subimperialismo” e “semiperiferia”, julgamos ser pertinente a elaboração de sete dimensões de comparação: quanto à unidade de análise; quanto ao papel do Estado; quanto à função; quanto à mobilidade da zona intermediária; quanto à relação de troca desigual; quanto à relação com o exterior, e quanto à operacionalidade do termo. Tais dimensões serão úteis na análise de contrapontos específicos entre os dois termos, e possibilitarão que, mesmo diante da subjetividade inerente a qualquer comparação teórica, obtenhamos como resultado uma discussão capaz subsidiar futuros estudos de forma mais operacional.

6.1 Quanto à unidade de análise

Apesar de Wallerstein e sua análise dos sistemas-mundo dialogarem em diversos momentos com a teoria da dependência marxista, da qual a teoria do subimperialismo faz parte, traçou-se, entre outras, uma grande e fundamental diferença entre as duas teorias: a unidade de análise. Enquanto os teóricos da dependência analisavam, ainda que não

explicitamente, países ou até continentes, a teoria proposta por Wallerstein estendeu a unidade de análise para o sistema mundial como um todo. Como escreveu Wallerstein:

mi preocupación por el método me llevó a considerar como cuestión clave la de la unidad de análisis, razón por la cual hablamos de un análisis de los sistemas-mundo.(Wallerstein, 2004, p 151.)

Para Wallerstein (1974, p.02) “a teoria da dependência, ao analisar o capitalismo, considera o centro e a periferia como sendo duas economias separadas, com regras separadas.” O que de fato deve ser estudado é o capitalismo como um sistema econômico único, ainda que haja diferentes setores atuando com diferentes funções dentro desse sistema. Ou seja, a unidade de análise deve ser o sistema-mundo, encarando-o como um todo interligado, e não como partes individuais que estabelecem relações contingenciais e eventuais com outras partes.

Pode-se observar que ao elegermos o sistema-mundo como unidade de análise não estamos fazendo nada além de seguir a própria realidade e lógica do capitalismo. É dito isto porque o capitalismo deve ser entendido como um sistema de produção baseado no lucro e na apropriação desse lucro. Para tanto, o sistema capitalista exige um sistema mundial no qual as unidades políticas não representem as fronteiras do mercado econômico, ou seja, um sistema interestatal. “É isso que permitiu que vendedores obtivessem lucros no mercado, mas, ao mesmo tempo, exigissem a interferência de entidades políticas para distorcer o mercado a seu favor” (WALLERSTEIN, 1974, p. 02). Nesse ponto, tanto a corrente subimperialista como os teóricos dos sistemas-mundo negam claramente o conceito de competição perfeita, já que a competição é livre somente quando a vantagem econômica do grupo superior é tão grande que o próprio funcionamento do mercado sem intervenção estatal favorece ainda mais seus interesses.

Uma vez reconhecida essa unidade do sistema, deve-se questionar se a concepção de sistema bi-modal é adequada. Ai se inclui a noção de subimperialismo de Marini:

These terms seem to me unwise as they emphasize only one aspect of their role, each an important one, but not in my opinion the key one. I prefer to call them semi-peripheral countries to underline the ways they are at a disadvantage in the existing world system. More important, however, is the need to explicate the complexity of the role which semi-peripheral states play within the system as well as the fact that the system could not function without being tri-modal (WALLERSTEIN, 1991, p. 68).

É a partir da identificação dessas regiões e de suas relativas importâncias que a teoria da dependência criou conceituações sobre as posições intermediárias de centro e periferia, como faz Marini ao fundamentar o termo “subimperialismo”. Arrighi (1998, p.139) coloca, no entanto, que essas qualificações “estão focalizadas de modo estreito demais num caso especial, aquele do Estado dependente ou subordinado, de que alguns países latino-americanos são o exemplo perfeito”. Ainda além, o autor destaca a crítica mais importante a ser feita:

Ainda que baseadas numa perspectiva de sistemas mundiais, focalizam Estados individualmente, à medida que eles passam a ocupar posições intermediárias ou a experimentar desenvolvimento dependente. Isso deixa a análise aberta a diversos tipos de falácias de composição, no sentido de que o que se julga verdadeiro no caso de Estados individualmente, pode não ser verdadeiro para grupos de Estado (ARRIGHI, 1998, p. 139).

Isso significa que a utilização da lógica da dependência, utilizada por Marini ao tratar do subimperialismo, só faz sentido para os teóricos do sistema-mundo quando se tem por objeto de estudo economias e Estados individuais: “A consistência lógica da dependência parece desfazer-se quando, em lugar de economias ou Estados nacionais, toma-se como unidade de análise a economia-mundo capitalista” (VIEIRA, 2004, p.10). Isso fica claro quando Marini utiliza o termo “economia dependente Latino-americana”, assumindo que exista tal economia, ou da mesma forma, economias nacionais cujos limites são os Estados nacionais. As próximas diferenças que serão abordadas derivam, direta ou indiretamente, da unidade de análise utilizada por uma ou por outra análise. Ainda que não explicitamente, “o subimperialismo trata da análise de países ou até continentes, enquanto a teoria de Wallerstein estende a unidade de análise para o sistema-mundo” (VIEIRA, 2004, p.10). É interessante notar como por vezes a teoria da dependência utiliza-se de idéias similares à análise dos sistemas-mundo, observando que o estudo econômico não deve limitar-se a esfera econômica, social, política ou cultural. Na verdade, o que a teoria subimperialista parece não levar em conta é que a relação entre tais esferas não é suficiente:

No basta decir que la realidad es un todo y al mismo tiempo seguir utilizando los compartimientos cultura, economía, etc. El propio lenguaje utilizado limita muchas veces la real comprensión de la totalidad y esto lo apunta Wallerstein en algunos de sus textos (LUCÉ, 2010 , p.59).

Tal fato não deve ser significativa que a análise dos sistemas-mundo não se preocupe com as dinâmicas inerentes a cada país ou região a partir de sua relação dialética e sua função na acumulação do capital em escala mundial. No entanto, como destaca Luce (2010, p. 84), “no habría justificativa para la denominación de capitalismo o de socialismo nacionales”. Ou seja, a própria terminologia utilizada pela teoria da dependência e pela noção de subimperialismo distanciam o plano de análise do sistema-mundo como um todo.

6.2 Quanto à função

O papel exercido pelos Estados intermediários na economia mundial é de grande complexidade. Tal complexidade fica evidente ao enfatizarmos o pensamento de Wallerstein, frisando que o próprio funcionamento do sistema-mundo não seria possível se existissem de três diferentes tipos de atores-Estado na economia.

No estudo dos sistemas-mundo, a explicação para a necessidade de Estados semiperiféricos no sistema capitalista de produção se fundamenta em dois aspectos complementares: o aspecto político; e o aspecto político-econômico.

O aspecto político parte da afirmação que um sistema baseado em recompensas desiguais tem que se preocupar com a possível rebelião política dos elementos mais oprimidos:

A polarized system with a small distinct high-status and high-income sector facing a relatively homogeneous low-status and low income sector including the overwhelming majority of individuals in the system leads quite rapidly to the formation of classes such and acute, disintegrating struggle. The major political means by which such crises are averted is the creation of middle sector, which tend to think of themselves primarily as better off than the lower sector rather than as worse off than the upper sector (WALLERSTEIN, 1974, p.04).

O que se afirma aqui é que o contraste entre a classe alta e a classe baixa é amenizado pela existência de uma classe média intermediária, sem a qual as diferenças sociais tornar-se-iam gritantes. A tentativa aqui é clara: ampliar o raciocínio que é pertinente às estruturas sociais ao funcionamento do sistema mundial. Pela própria lógica do capital, a exclusão e a exploração tornam-se cada vez mais fortes e evidentes dentro do sistema e para os atores do sistema. Nas palavras de Arrighi (1998, p. 242), politicamente o sistema se caracteriza por ser “polarizado num pequeno e distinto setor de alto status e renda, e de outro lado um setor

relativamente autônomo, de baixo status e renda”. As contradições latentes e inerentes ao sistema capitalista tenderiam a acarretar conflitos políticos, sociais, e por fim, desintegradores.

Para reforçar o papel estabilizador que a semiperiferia exerce no sistema, destaca-se que “esse mecanismo óbvio, em operação em todos os tipos de estruturas sociais, cumpre a mesma função nos sistemas mundiais” (ARRIGHI, 1998, p. 242). Percebe-se aqui novamente a comparação entre os setores da sociedade e o papel desempenhado pelos Estados no sistema mundial. Assim como na estrutura de cada sociedade individual, no sistema-mundo a existência de níveis intermediários na hierarquia de riquezas leva a própria aceitação do sistema por essa camada intermediária.

Por outro lado, há também uma função econômica exercida pela semiperiferia. Assumindo que o sistema-mundo é formado por uma multiplicidade de Estados, ainda que esses estejam dentro da mesma estrutura econômica, é inegável que essa multiplicidade de Estados traz vantagens e desvantagens ao capitalista. A ausência de uma unidade política única faz com que seja impossível legislar um objetivo geral do sistema mundial. Ainda além, a existência da máquina estatal permite ao capitalista organizar e pleitear limitações artificiais as operações do mercado. No entanto, Wallerstein (1974) aponta que a própria existência do sistema interestatal também implica em desvantagens ao capitalista, pois esse sistema também está sujeito a outras pressões, como por exemplo, a do proletariado, exigindo melhores salários. Quando essa pressão resulta no efetivo aumento dos salários nos Estados centrais, e esse movimento é combinado com o aumento do custo dos produtores líderes (advindos da constante necessidade de progressos tecnológicos e de seus conseqüentes investimentos) é exigida uma postura ativa do capitalista:

For individual capitalists, the ability to shift capital, from a declining leading sector to a rising sector, is the only way to survive the effects of cyclical shifts in the loci of leading sector. For this there must be a sector able to profit from the wage-productivity squeeze of the leading sector. Such sectors are what we are calling semi-peripheral countries (WALLERSTEIN, 1974, p.04).

Diante desse problema, fica explícita a razão político-econômica da existência dos Estados semiperiféricos. Como o capital dos países do centro precisa se redirecionar para outros setores para ampliar sua reprodução, cabe a semiperiferia ser capaz de obter lucros a partir das mesmas atividades/setores que foram “transferidas” pelo centro capitalista. Ou seja,

tornando-se dificultosa a exploração de determinado segmento no centro do sistema econômico, essa atividade é “repassada” a periferia.

A função econômica da semiperiferia é, portanto, aliviar o capital congestionado do núcleo orgânico evitando crises:

Se eles não existissem [os países semiperiféricos] o sistema capitalista enfrentaria uma crise econômica tão rapidamente quanto enfrentaria uma crise política (WALLERSTEIN 1974, p. 70).

Tal função econômica também aparece na obra de Marini. O Estado subimperialista atinge uma composição orgânica do capital intermediária justamente devido à expansão dos monopólios das economias centrais e diante das relações de troca desigual que serão tecidas tanto entre a região intermediária com o centro, como também entre a região intermediária e a periferia. No entanto, enquanto a análise de sistemas-mundo confere à semiperiferia um caráter passivo e regulador dentro da economia mundial, a tese subimperialista tende a visualizar essas zonas intermediárias como possuindo um caráter muito mais ativo. Como foi observado ao longo da revisão bibliográfica, o subimperialismo surge como fenômeno diante dos problemas de realização que o capital enfrenta no Estado dependente devido à estreiteza de seu mercado interno. Diante desse problema, o subimperialismo é fruto de uma tentativa de contornar essa estreiteza através de três frentes: postura ativa na demanda do Estado (gastos em infraestrutura, por exemplo); a exportação de manufaturados; e a transferência de renda para as camadas mais ricas (garantindo mercado para as indústrias mais tecnificadas). Ou seja, formas de aumentar o consumo interno.

Marini refere-se a esse esquema como válvula de escape. Assume, portanto, que diante do problema de realização de seu capital, o Estado dependente é capaz de elaborar e executar sua atividade econômica tendo por base esse tripé. No entanto, é preciso frisar que tal movimento não tem sua origem no próprio Estado dependente. Vejamos. O problema da realização do capital ocorre justamente porque as indústrias dos países centrais precisam se expandir. Os grandes monopólios resultantes da crescente concentração do capital se expandem para as economias dependentes. Como visto, essa acumulação dependente aumenta os níveis de discrepância entre as indústrias, e intensifica a exploração da economia dependente. Esta, por sua vez, servirá, diante da maior taxa de mais-valia que proporciona, como mercado de fator de produção, assim como mercado consumidor aos países avançados, tanto de bens de consumo corrente, como também de bens intermediários e de capital. Sendo assim, por mais que Marini perceba que esse processo seja parte de outro muito maior, tendo

a América Latina como sua unidade de análise, o autor considera uma relação de dependência entre nações. Ou seja, enquanto a “semiperiferia” existe em decorrência do próprio capitalismo e funciona como elemento regulador do sistema, o “Estado subimperialista” de Marini, ainda que tenha nascido da expansão do capital, desenvolve relações par-a-par com outros Estados, ora exercendo sua superioridade, ora submetendo-se aos países centrais. É claro que tanto a semiperiferia como o Estado subimperialista admitem que o mesmo Estado exerce essa duplicidade de papéis. No entanto, na análise da economia-mundo, o que de fato existe é um sistema interestatal capitalista mundial, que ao reproduzir-se escala mundial reproduz também as desigualdades do sistema. Isso significa que não há relação bilateral entre dois Estados que não esteja condicionada pelo todo maior que é o sistema interestatal capitalista.

O uso do termo “subimperialista” pode levar a conclusão de que os países da periferia sendo explorados pela figura desse Estado Subimperialista, enquanto na verdade, é o próprio sistema capitalista, na figura dos capitalistas atuantes/ligados a determinados Estados, que explora ao máximo seus fatores de produção. Indo além, Marini trata da relação de dependência que se forma entre as nações como se realmente fossem as nações que desempenhassem as atividades econômicas. Como veremos a seguir, a diferenciação de Estado e atividade capitalista, que parece em menor escala para Marini, é fundamental quando falamos em semiperiferia.

6.3 Quanto ao papel do Estado

Iniciemos pela concepção proposta por Wallerstein. Em busca de uma definição para o termo Estado, Wallerstein (2005, p.127) insiste na concepção baseada no próprio sistema-mundo moderno. Dentro desse sistema, um Estado é um território limitado por fronteiras que sustentam a soberania e o domínio sobre seus membros, ou seja, sobre seus cidadãos. Completa esse raciocínio a idéia de que o Estado possui o monopólio legal do poder e do uso das armas dentro de seu território, uma vez que cabe ao Estado criar as leis que ali serão seguidas. É fundamental compreender que não é o Estado a unidade de maximização do capital. As atividades econômicas são organizadas e controladas pelas empresas. Nesse sentido “a função principal dos Estados não é a acumulação da riqueza, mas sim a reprodução de seu monopólio do uso legítimo da violência sobre um dado território [...]” (ARRIGHI, 1998, p. 153).

No entanto, para o autor, mesmo representando esse aparato único, o Estado possui diferentes funções nas diferentes concentrações de atividades centrais e/ou periféricas que possui. Isto é, no centro o Estado tem a função de proteger a situação de monopólio ou quase monopólio; já na periferia os Estados são podados de influência na divisão do trabalho; nos Estados semiperiféricos, dada a mescla entre processos centrais e periféricos de produção, forma-se uma situação mais complexa, já que sofrem influência e pressão dos Estados fortes e ao mesmo tempo pressionam os Estados mais fracos. “A preocupação da semiperiferia é manter-se distante da periferia e ao mesmo tempo conseguir integrar-se ao centro” (WALLERSTEIN, 2005, p.23). É pertinente observar que ao tratarmos do papel do Estado na economia-mundo, estamos fazendo referência às ações que o Estado toma no âmbito nacional e internacional, sendo estas influenciadas diretamente pela força do capital. As relações econômicas são tecidas entre os capitalistas, e não entre as nações. Doravante, as posições que o Estado assume são indissociáveis da influência e pressão do capital.

Independente de estar no centro, na periferia, ou na semiperiferia, o Estado está sujeito ao reconhecimento de sua soberania para poder atuar como Estado. Wallerstein (2005, p.32) destaca que “la soberania es una afirmación de autoridad no solo interna sino externamente [...], siendo el reconocimiento recíproco uno de los fundamentos del sistema interestatal”. A presença de Estados soberanos é essencial para o empresário capitalista, pois exercem autoridade sobre sete áreas principais, de acordo com Wallerstein (2005, p. 34):

- Regras de troca de mercadorias, trabalho e capital em suas fronteiras;
- Leis de direito de propriedade;
- Leis laborais;
- Decidem os custos que as empresas devem assumir;
- Decidem quais processos econômicos devem ser monopolizados;
- Cobram impostos;
- Utiliza seu poder no exterior para influenciar decisões de outros Estados que prejudiquem suas empresas nacionais.

Diante dessa lista, percebemos que a relação entre empresas capitalistas e Estados soberanos é a chave para a compreensão do funcionamento da economia-mundo. Como já discutido anteriormente, não é de interesse dos empresários que o mercado seja auto-regulado completamente, pois sem a intervenção do Estado a acumulação do capital seria impossível.

Atuando dentro do sistema-mundo, os Estados soberanos mais fortes pressionam os mais fracos para que estes mantenham suas fronteiras abertas às companhias instaladas dentro do Estado forte, ao passo que resistem a qualquer demanda recíproca do Estado fraco:

Los Estados fuertes se vinculan con los débiles mediante presiones para que les permitan instalar y mantener en el poder a individuos a quienes los Estados poderosos encuentran aceptables, y a unirse a los Estados fuertes para hacer presión sobre otros Estados débiles para que se adapten a las necesidades políticas de los fuertes (WALLERSTEIN, 2005, p.40).

Isso significa que os Estados fracos seguem a liderança dos Estados fortes em todo panorama internacional. A relação é dupla, pois enquanto os Estados fortes compram a cooperação dos líderes individuais dos Estados fracos, os Estados fracos compram a proteção dos fortes via um apropriado fluxo de capitais.

E qual seria então o papel dos Estados especificamente na semiperiferia? Estes têm uma função particular, já que à medida que tentam manter o status de Estado intermediário perseguem a esperança de subir ao primeiro escalão. Nessa acepção, Wallerstein (2005, p.41) aponta que para tanto, “os Estados semiperiféricos fazem uso do poder estatal em âmbito interno e inter-estatal de forma consciente, para tentar elevar o status do Estado como produtor, como acumulador de capital, e como força militar”. Deriva daí uma assertiva importante: os Estados semiperiféricos estão em primeiro lugar em competição entre si. É dito isso, pois se não lograrem subir na hierarquia mundial, certamente serão empurrados para baixo. “Devem, portanto, escolher com cuidado seus aliados e oportunidades econômicas (WALLERSTEIN, 2005, p.41)”. São, deste modo, os capitalistas dos Estados semiperiféricos que estão em constante competição.

Para nosso autor, portanto, o capitalismo, como sistema social histórico não poderia ter se desenvolvido sem o Estado: “a existência de múltiplos Estados permite que, ao serem ameaçados por um destes, os capitalistas recorram à proteção de outros” (WALLERSTEIN, 1987, p.16). Ao mesmo tempo, a recíproca também é verdadeira: “Os Estados-nação não se desenvolvem e nem podem ser compreendidos exceto no contexto do desenvolvimento do sistema mundial” (WALLERSTEIN, 1987, p.94).

Já a concepção adotada por Marini percorre outro caminho. Utilizando-se da mesma lógica marxista de análise do capitalismo, Marini procura distanciar-se de variáveis que não sejam entendidas como variáveis econômicas, dando pouca atenção aos aspectos políticos do Estado. Apesar de não tratar do papel do Estado como ente político, Marini discute a

dependência entre nações. Como já discutido, Marini faz referência à nação e ao processo de dependência entre uma nação pobre e uma nação rica. Há, portanto, um tratamento que iguala a nação às atividades econômicas exercidas por seus capitalistas. Assume-se, doravante, que a dependência é estabelecida entre nações:

Es a partir de entonces que se configura La dependencia, entendida como una relación de subordinación entre naciones formalmente independientes, en cuyo marco las relaciones de producción de las naciones subordinadas son modificadas o recreadas para asegurar la reproducción ampliada de la dependencia (MARINI, 1972, p.18).

Aqui reside outra grande lacuna entre a análise a partir do conceito de economia-mundo e a análise a partir do conceito de dependência. Além de conferir ao Estado grande importância no processo de acumulação capitalista mundial, a análise do sistema-mundo enxerga a dependência como uma relação entre unidades políticas. As relações entre unidades econômicas são traçadas não pelos Estados, mas sim pelos empresários capitalistas:

A rigor, as nações não estabelecem relações econômicas e sim políticas. Quando se trata de transações econômicas e financeiras, estas são realizadas por proprietários privados -capitalistas e trabalhadores- que estão localizados nos limites espaciais ou territoriais de uma nação ou de um país (VIEIRA, 2004, p.14).

Isso não significa dizer que não há relação entre a dependência política e a dependência econômica. O que há é uma relação de mão-dupla, onde a dependência política pode ter sua origem numa determinação econômica ou vice-versa:

O Estado dependerá em grande medida da proporção de riqueza mundial que puder carregar para seus cofres e para “seus” capitalistas e também à medida que puder forçar estes capitalistas a se comprometerem com seus projetos políticos contra outros Estados. Mas o inverso também é verdadeiro, pois a capacidade de um Estado para carregar para seus domínios a riqueza mundial está na razão direta da disponibilidade de força militar e política capaz de convencer outros Estados a criar condições favoráveis à acumulação de capital para seus capitalistas, e para atrair capitalistas estrangeiros para dentro do território nacional (VIEIRA, 2004, p. 14).

Fica evidente, portanto, a discordância entre Marini e a análise do sistema-mundo quanto ao papel do Estado.

6.4 Quanto à mobilidade econômica dos Estados na hierarquia mundial

Partindo da definição de Wallerstein, verifica-se que a existência da semiperiferia é concretizada na combinação mais ou menos igual de atividades econômicas de núcleo-orgânico e periféricas. Dessa maneira, a forma pela qual a semiperiferia pode sair de sua condição semiperiférica e alcançar o núcleo é concentrando mais atividades características do núcleo. No entanto, como a semiperiferia está inserida no sistema-mundo, ao concentrar atividades típicas do núcleo, acaba sofrendo com a competição das indústrias já muito mais desenvolvidas do núcleo-orgânico do sistema. É a injusta disputa entre o “capitalismo tardio”, de Mello (1982), e o capitalismo avançado. Cabe à semiperiferia tentar, pois, isolar, através de medidas protecionistas, essas atividades das pressões competitivas mundiais. Ressaltando as vantagens de custos locais (dentro de sua jurisdição), a semiperiferia consegue competir com o núcleo. O problema é que, ao fazer isso, privam essas atividades de atuarem num mercado mais amplo. O que ocorre não é, portanto, a passagem da semiperiferia para o núcleo, e sim um mecanismo que transforma atividades do núcleo em atividades periféricas. Ou seja, o núcleo do sistema irá especializar-se em outras atividades, e a combinação de atividades periféricas e núcleo-orgânico da semiperiferia permanecerá nos mesmos níveis.

De acordo com Arrighi (1978), essa conceituação não exclui a possibilidade de um Estado semiperiférico individualmente conseguir melhorar sua combinação de atividades, até que se torne parte do núcleo orgânico. Tal situação seria resultado de uma “combinação particularmente inovadora de políticas econômicas e/ou abençoados por uma conjuntura econômica mundial que lhes de uma forte vantagem competitiva” (p.159). Seria esse o mecanismo-chave de reprodução das três zonas separadas da economia-mundo. O que, é claro, não se contrapõe de maneira alguma à própria lógica do sistema capitalista, já que a capacidade de ascensão de um Estado semiperiférico é a incapacidade de outro Estado de melhorar sua combinação de atividades econômicas. A reprodução da desigualdade permanece como regra geral do sistema capitalista. Desse modo, Arrighi (1998) afirma que o poder de cada Estado individualmente de dar forma às relações núcleo orgânico-periferia é sempre limitado pelo poder que outros Estados têm de fazer o mesmo. Concluindo, a mobilidade da semiperiferia, assim como da periferia, ainda que seja possível, é tratada por Arrighi como exceção, onde “a regra geral é que os Estados permaneçam na zona na qual eles já fazem parte” (p. 159).

Apesar de Marini não tratar claramente do tema “mobilidade” do Estado subimperialista pode-se utilizar, mais amplamente, a própria teoria da dependência para compreender a idéia do autor sobre o assunto. Para Marini não existe a possibilidade de desenvolvimento capitalista autônomo e pleno no país dependente, como era o caso do Brasil e da América

Latina em sua análise. É a idéia do desenvolvimento do subdesenvolvimento, e nunca uma superação da condição de dependência, que no máximo poderia se industrializar. Somente através da superação do próprio sistema, é que tal situação poderia ser modificada. Outro autor que corrobora esta preposição é André Gunder Frank. De acordo com Frank (1966), a solução para a dependência seria a revolução socialista, uma vez que os povos subdesenvolvidos são vítimas de uma exploração em dois estágios: tanto do império central como das elites locais. Volta aqui a idéia da superexploração imperialista conceituada no primeiro capítulo deste trabalho. A própria idéia de economia dependente já expõe as limitações inerentes a ela, já que, como frisou Marini, “o fruto da dependência só pode ser mais dependência, e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela envolve” (MARINI, 1972, p.18). Não há uma alternativa de desenvolvimento através de uma estratégia de dependência associada que possa sustentar a ilusão de alcançar os países desenvolvidos (SABER, 2009, p. 294). Marini acrescenta que “por causa da sua estrutura global e do seu funcionamento, a periferia não poderá jamais se desenvolver da mesma maneira como as economias capitalistas tidas como avançadas se desenvolveram” (MARINI, 1974, p.14).

6.5 Troca desigual

Tanto no enfoque dado pela teoria da dependência, como na análise do sistema-mundo de Wallerstein, o termo “troca desigual” figura como peça-chave na compreensão das zonas intermediárias. O uso do termo é, realmente, um ponto em comum entre as duas teorias. Não obstante é importante evidenciar as substanciais diferenças entre as duas análises.

Para Marini (1977) a troca desigual surge como conseqüência das diferentes composições orgânicas dos capitais no centro e na semiperiferia e periferia. Vejamos. Com o incremento de máquinas e equipamentos, a economia central passa a aumentar a parte constante de seu capital, isto é, eleva sua composição orgânica. Isso significa, num primeiro momento, que esses capitais passam a ter uma capacidade de extrair mais-valia cada vez menor, dado o declínio de sua parte variável. Na periferia do sistema, no entanto, ocorre justamente o contrário. Dado que a economia dependente é baseada na superexploração, ali a composição orgânica do capital é inferior à composição do centro, possibilitando uma maior extração de mais-valia. Isso pode parecer controverso, já que os capitais da periferia

tenderiam a se beneficiar de sua composição orgânica do capital inferior, logrando assim taxas de lucro superiores. No entanto, o que de fato ocorre é que ao levar seu produto ao mercado, o produtor capitalista central, através de seus ganhos de produtividade, consegue “contornar” a lei do valor, e vender suas mercadorias a preços superiores ao efetivo valor de cada mercadoria. Com isso, há de fato uma transferência de mais-valia no sentido periferia-centro:

Es así como, por efecto de una mayor productividad del trabajo, una nación puede presentar precios de producción inferiores a sus concurrentes, sin por ello bajar significativamente los precios de mercado que las condiciones de producción de éstos contribuyen a fijar. Esto se expresa, para la nación favorecida, en una ganancia extraordinaria, similar a la que constatamos al examinar de qué manera se apropian los capitales individuales el fruto de la productividad del trabajo. Es natural que el fenómeno se presente sobre todo a nivel de la concurrencia entre las naciones industriales, y menos entre las que producen bienes primarios. (MARINI, 1972)

Não obstante, não se deve entender o intercâmbio desigual a partir do comércio entre bens primários e manufaturas. Tal comércio é somente uma forma de expressão da troca desigual. O intercâmbio desigual pode ser até mesmo superior quando as duas economias, a dependente e a central, produzem os mesmos bens:

El mero hecho de que unas produzcan bienes que las demás no producen, o no lo pueden hacer con la misma facilidad, permite que las primeras eludan la ley del valor, es decir, vendan sus productos a precios superiores a su valor, configurando así un intercambio desigual. Esto implica que las naciones desfavorecidas deban ceder gratuitamente parte del valor que producen, y que esta cesión o transferencia se acentúe en favor de aquel país que les vende mercancías a un precio de producción más bajo, en virtud de su mayor productividad (MARINI, 1972)

Diante desse mecanismo, a economia dependente estaria contribuindo para aumentar ainda mais as desigualdades entre centro e periferia, constituindo um fluxo de riqueza no sentido periferia-centro. O raciocínio é puramente econômico, evitando que variáveis que não sejam assim entendidas sejam utilizadas como explicação para o mecanismo de troca desigual. No caso da formação do Estado subimperialista, a troca desigual se dá tanto nas relações com o centro, como nas relações com a periferia. Pressupõe-se assim que o subcentro em expansão, ao mesmo tempo que estabelece trocas desiguais com o centro (comprando manufaturados e vendendo produtos primários), se aproprie de parcela do valor produzido em outras nações sobre as quais o subimperialismo passa a exercer seu domínio, como no exemplo brasileiro:

Ao mesmo tempo em que as corporações multinacionais, sobretudo estadunidenses - explorando o tamanho do mercado brasileiro e a política de incentivos e subsídios que os governos militares lhes proporcionavam – faziam do Brasil o centro de irradiação para sua expansão na região, também o capitalismo brasileiro elegia, a seu modo dependente e subordinado, os países vizinhos como espaço privilegiado para exercer a hegemonia regional no subsistema de poder sul-americano (LUCE, 2011, p.91).

Há, portanto, um contraste que contrapõe uma produção diversificada, de um lado, à especialização em poucos produtos de menor valor agregado, de outro. Traduz-se assim o intercâmbio desigual de Marini, não sendo compreendido exclusivamente no âmbito da circulação, mas sim através do próprio mecanismo de transferência de valor, ocorrido na produção.

Por outro lado, de acordo com Wallerstein (2005), a própria suposição de um sistema econômico (mercado) à margem do sistema político faz parte da ocultação do mecanismo da troca desigual pelo capitalismo histórico. Isso nos leva a crer que a análise dos sistemas-mundo, diferentemente da teoria da dependência, ao utilizar-se do conceito de troca desigual para explicitar o conceito de semiperiferia, adentra-se na esfera tanto política como econômica. Iniciemos pelo lado econômico. Wallerstein observa a existência de produtos centrais e produtos periféricos. Tal divisão é, pois, consequência do grau de ganho que cada atividade possui proporcionalmente:

Puesto que la ganancia está directamente relacionada al grado de monopolización, lo que esencialmente significamos por procesos de producción centrales son aquellos controlados por cuasimonopolios. Los procesos periféricos son entonces los verdaderamente competitivos. (WALLERSTEIN, 2005, p. 22).

Enquanto os Estados periféricos possuem processos produtivos competitivos, os Estados centrais tomam para si a maior parte dos ganhos do comércio, dado o caráter monopolístico de seus processos de produção. É exatamente esse o conceito de troca desigual para Wallerstein:

Cuando ocurre el intercambio, los productos competitivos están en una posición más débil y los cuasimonopólicos en una posición más fuerte. En consecuencia, hay un flujo constante de plusvalía de los productores de productos periféricos hacia los productores de productos centrales. Esto es lo que se ha denominado intercambio desigual (WALLERSTEIN, 2005, p. 22).

Afirma-se, portanto, que a troca desigual é um dos instrumentos que possibilitam a transferência do capital acumulado de zonas econômica e politicamente frágeis para zonas politicamente fortes. Diz-se Estado forte justamente porque os quase-monopólios precisam da proteção dos Estados fortes. Há, como consequência, a concentração dos processos:

los procesos centrales tienden a agruparse en unos pocos Estados y a constituir la mayor parte de la actividad productiva en dichos Estados- Los procesos periféricos tienden a estar desparramados a lo largo de un gran número de Estados y constituyen la mayor parte de la actividad productiva en dichos Estados (WALLERSTEIN, 2005, p.47).

O fato é que a Análise dos Sistemas-Mundo trata na verdade da relação entre processos produtivos, ou seja, de relações econômicas ou de uma divisão do trabalho entre as regiões do globo, e não de Estados em si, por mais que esses sejam denominados Estados centrais ou periféricos. Wallerstein (1987) vê, portanto, a origem da troca desigual nas diferenças reais entre preços e custos das mercadorias comercializadas entre as diversas regiões da economia mundo. Sobre o tema, é importante destacar que:

As mercadorias de certas áreas (centro) conseguiam margens de lucro maiores, como se seus custos fossem mais altos, quando de fato não eram. Com as mercadorias das outras áreas (semiperiferia e periferia) acontece o contrário, isto é, preços mais baixos e custos reais mais altos. Assim o comércio permite uma transferência de excedente para o centro (VIEIRA, 2004, p.14).

O importante aqui é frisar quais os mecanismos que possibilitam a troca desigual. Como visto, para Marini ela é consequência estritamente das relações econômicas. Já para Wallerstein é imprescindível considerar o papel do Estado, que se apresenta forte nas áreas centrais, porém fraco nas áreas da periferia e semiperiferia. Essa característica de Estado fraco é fruto, para Wallerstein, da condição de colônia exercida pelas áreas que hoje constituem a periferia e semiperiferia do sistema-mundo. Estas foram incorporadas a divisão internacional do trabalho de forma subordinada, e, com a independência e reconhecimento de seu status de Estado-nação, estabeleceram-se como a periferia do sistema. Ou seja, compreender o sentido e a origem da troca desigual perpassa, em Wallerstein, a compreensão do período colonial e do papel do Estado, enquanto “Marini (1986) está metodologicamente impedido de atender essa recomendação, uma vez que pretende oferecer uma explicação exclusivamente econômica, o que só é possível – no quadro marxiano – a partir do momento em que o capital industrial cria a forma de circulação que lhe é própria” (VIEIRA, 2004, p.21). De acordo com

Marini, a troca desigual é fruto da própria transferência de mais-valia da nação dependente para a nação central, através da crescente superexploração dos trabalhadores da economia dependente. A grande divergência com Wallerstein é, portanto, não considerar o período pré-industrial: “essa escolha metodológica parece ser a causa de uma periodização histórica que menospreza as etapas anteriores à “revolução industrial” (VIEIRA, 2004, p.22).

É imprescindível atentar-se para o fato de que na análise dos sistemas-mundo a troca desigual constitui somente uma das ferramentas de polarização. De acordo com Arrighi (1998, p.210) outros dois mecanismos fundamentais são as transferências unilaterais de capital e de mão-de-obra, que não supõem nenhuma rede de comércio. Através deles a estrutura núcleo orgânico-periferia é criada, reproduzida e aprofundada. No entanto, mesmo diante dessa tríade de mecanismos (troca desigual, transferências unilaterais de mão-de-obra, e transferências unilaterais de capital) não podemos afirmar que são eles que determinam quem se beneficia da desigualdade do sistema. Complementando a matéria, Arrighi (1998) vai além, e afirma que tais mecanismos são atributos puramente contingentes dessas relações. O que determinaria, então, a divisão desigual dos benefícios do sistema capitalista? A análise dos sistemas mundiais frisa que “a capacidade de um Estado de se apropriar dos benefícios da divisão mundial do trabalho é determinada principalmente por sua posição, não em uma rede de trocas, mas numa hierarquia de riqueza” (ARRIGHI, 1998, p. 215). O autor afirma ainda que “na luta contra essa troca desigual, a semiperiferia tenta excluir-se das relações de troca desigual com o Estado de núcleo orgânico, assim como engajar-se em relações de troca desigual com Estados periféricos” (p.219). Ou seja, o Estado semiperiférico fornece mercadorias que incorporam mão-de-obra bem remunerada a Estados periféricos em troca de mercadorias que incorporam mão-de-obra mal remunerada. A consequência de tal atuação tem como resultado uma exclusão ainda maior dos Estados periféricos nas atividades que a semiperiferia tenta se especializar.

6.6 Relações com o exterior

Ao longo de sua exposição sobre a existência de países subimperialistas, Marini coloca como ponto fundamental de sua explicação a forma como a economia subimperialista distancia-se de seu mercado interno, e passa a exportar cada vez mais manufaturados (para países subdesenvolvidos) e bens primários (para países centrais). Estaria assim, aumentando a

dependência em relação ao mercado externo. Não obstante, é importante destacarmos que a dependência do mercado externo não é uma característica somente do país subimperialista.

As economias centrais também necessitam se relacionar de forma cada vez mais intensa com o exterior, seja para comprar insumos e suprimentos, como também para aliviar a sua produção. A divergência entre o raciocínio de Wallerstein e de Marini está, mais uma vez, na própria unidade de análise que este último utiliza. Por considerar a existência de uma economia latino-americana, Marini consegue identificá-la como economia dependente, e cada vez mais distante de seu mercado interno. No entanto, à medida que o capitalismo se desenvolve em níveis mundiais, a divisão entre mercado interno e externo é cada vez mais tênue. Prova disso é que também os Estados centrais passam a depender cada vez das relações econômicas que tecem com outros Estados. Estariam eles também se distanciando de seus mercados internos?

“A própria noção de dependência só faz sentido nos marcos de um pensamento que concebe economias nacionais como unidades preexistentes e que num determinado momento estabelecem relações entre si” (VIEIRA, 2004, p.24). Numa economia-mundo o que de fato existe é a hierarquização, aonde a concentração de processos produtivos mais ou menos rentáveis determina a localização do Estado na periferia, centro, ou semiperiferia.

Apesar desse conflito de idéias, os termos semiperiferia e subimperialismo enxergam de forma muito similar o problema vivido pelas zonas intermediárias. Como vimos, para Marini, a maior dependência do mercado consumidor externo caracteriza o Estado subimperialista. Wallerstein aponta, complementarmente, que daí decorre a necessidade da semiperiferia limitar o peso de seu comércio externo:

Whereas, at any given moment, the more of balanced trade a core country or a peripheral country can engage in, the better off it is in absolute terms, it is often in the interest of a semi-peripheral country to reduce external trade, even if balanced, since one of the major ways in which the aggregate profit margin can be increased is to capture an increasingly large percent of its home market for its home products.(WALLERSTEIN, 1974, p.6).

Nessa citação de Wallerstein, o autor aponta que para os países semiperiféricos é interessante reduzir seu comércio externo, ainda que haja um equilíbrio neste, para que assim possam aumentar a participação de seus produtos nacionais no mercado nacional, e assim aumentar a margem de lucro agregada. Aqui, portanto, os dois termos em discussão se aproximam, pois tanto a semiperiferia quanto o Estado subimperialista precisam lidar com a

necessidade de aumentar seu mercado interno. Os caminhos para isso que parecem ser diferentes nas duas análises. Vejamos.

Wallerstein (1974) afirma que nos Estados semiperiféricos há um interesse direto do Estado no controle do mercado maior do que no centro ou nos Estados da periferia, já que a semiperiferia não pode depender do mercado interno para maximizar suas margens de lucro no curto prazo. Essa característica é chamada por Wallerstein de “politização das decisões econômicas”. Um modo de aumentar o mercado para seus produtos nacionais é através de políticas de controle de importações, como proibições, cotas, tarifas, etc. Uma forma alternativa são os subsídios, possibilitando a diminuição dos custos de produção internos. Outra forma é a expansão das fronteiras políticas, unificando os mercados de países vizinhos. Para Wallerstein (2005, p.23), o Estado semiperiférico seria assim aquele que implementa com maior agressividade as chamadas políticas protecionistas, com o objetivo de proteger seus processos produtivos da competição de indústrias fortes do exterior. Na medida em que tentam se desenvolver economicamente, tornam-se também receptores de antigas indústrias de ponta do centro, processo no qual tornam-se competidores de outros Estados semiperiféricos.

Já de acordo com Marini (1974), a zona intermediária atua de três formas para lidar com o problema da realização do capital interna. A primeira é o aumento do gasto do Estado. Através da intervenção direta, o Estado atua na própria criação de mercado interno, seja via gastos em infra-estrutura, interesse social, etc. Segundo, através da distribuição regressiva dos recursos, a fim de aumentar o poder de compra dos grupos do topo da pirâmide, o que na perspectiva do esquema subimperialista de Marini é o que o autor chama de "sociedade de consumo à moda da casa". De acordo com o autor, “ela é criada mediante a transferência de renda das camadas mais pobres para as camadas médias e altas, a fim de garantir o mercado para uma indústria altamente tecnificada, que se divorcia das necessidades de consumo das grandes massas” (MARINI, 1974, p. 197). Em terceiro lugar, mas não menos importante, a economia dependente pode tentar resolver seus problemas de realização através da exportação de manufaturas. Implica assim no deslocamento da esfera de circulação do capital gerada pelo setor industrial até o mercado mundial, demonstrando sempre a submissão do Estado ao capital. Em suma, enquanto para Wallerstein a semiperiferia deve distanciar-se de suas relações externas e concentrar-se no mercado interno, para Marini, a própria condição de superexploração e acumulação dependente impedem que essa zona intermediária aumente seu mercado interno. Quando esta, ainda que a partir de uma industrialização dependente, passa a

exportar manufaturados para países da periferia, e passa a ser o centro irradiador da região em termos econômicos e políticos, começa-se a construir a figura do Estado subimperialista.

6.7 Quanto à operacionalidade do termo

A aplicação empírica de uma teoria ou conceito enfrenta sempre dificuldades em sua operacionalização. Dessa forma, a identificação da zona semiperiférica (e, portanto, da periferia e do centro) assim como do “Estado subimperialista” é uma tarefa que se mostrou complexa, tanto para a teoria subimperialista como para a análise do sistemas-mundo. Iniciemos por esta última.

Como para Wallerstein o que caracteriza a condição de centro, periferia, ou semiperiferia, é a combinação das atividades econômicas de cada Estado, é lógico pensar que é primeiramente necessário classificar os tipos de atividade econômica para depois tentarmos alocar um respectivo Estado em determinada zona. Arrighi (1997) destaca, no entanto, que na verdade não há um meio operacional de distinguir empiricamente atividades periféricas e atividades de núcleo orgânico e, portanto, de classificar os Estados de acordo com a combinação dessas atividades. Isso porque as relações de cooperação e competição com todas as atividades da economia-mundo estão em constante mutação.

Fazendo uso de uma analogia com o conceito de “utilidade marginal”, Arrighi (1997) sugere que, diante da impossibilidade de classificar todas as atividades, observe-se o grau de benefício incorporado da recompensa agregada de cada atividade na divisão internacional do trabalho. Atividades do núcleo-orgânico comandariam recompensas agregadas que incorporam todos, ou quase todos, benefícios, ao passo que atividades da periferia incorporam pouco ou nenhum benefício da divisão mundial do trabalho. Essa incorporação poderia ser observada no PNB per capita dos Estados:

As diferenças no comando sobre os benefícios totais da divisão mundial do trabalho devem necessariamente se refletir em diferenças comensuráveis de PNB. Podemos, portanto, considerar o PNB per capita expresso em unidade monetária comum como uma medida indireta e aproximada da combinação de atividades de núcleo orgânico e de periferia que se encontram dentro da jurisdição de um dado Estado.(ARRIGHI, 1997, p.163).

Arrighi pretende, portanto, operacionalizar o conceito de semiperiferia, avaliando de forma empírica a teoria da tríade estratificação proposta pela análise do sistema-mundo. Defende também a adoção de uma escala logarítmica, que permite diminuir as assimetrias da distribuição e também evidenciar as diferenças relativas entre os PNBs. Os valores de renda

são medidos em dólares de 1970 a taxas de câmbio correntes para os anos de 1938, 1948, 1950, 1960, 1965, 1970, 1975, 1980 e 1983. Na distribuição de frequência resultante, atenuadas utilizando-se a média móvel de três intervalos, pode-se constatar a presença da trimodalidade das distribuições em cinco dos nove anos estudados: 1938; 1950; 1975; 1980; e 1983. “Nos quatro restantes, em especial no ano de 1970, a tri-modalidade é duvidosa” (ARRIGHI, 1997, p. 32).

A tentativa de verificar uma divisão tripartida que corresponda às noções de centro, semiperiferia e periferia, assim divididas pela análise dos sistemas-mundo, chega ao seu objetivo ao encontrar grupos relativamente estáveis e separados, verificando também uma distância significativa entre eles, ao longo de todo período estudado.

Apesar do resultado final ser fundamental para consubstanciar a teoria em tela, Lima (2007) destaca que a metodologia e alguns pressupostos utilizados por Arrighi podem ser considerados insuficientes, dados a três razões principais:

- Falta de observações para alguns países em diferentes anos, principalmente para os periféricos e para parte dos semiperiféricos;

- Quebra estrutural na série, pois há mudança da fonte, o que também modifica a metodologia de cálculo;

- O uso de valores de PNB per capita para dólares ao câmbio corrente no período de 1937 a 1983 torna a comparabilidade internacional deficiente, já que como explicam Lequiller & Blades (2002), o uso de medidas de paridade de poder compra (PPC) é o mais adequado.

A teoria subimperialista defronta-se com a mesma problemática. Como operacionalizar o conceito de Estado subimperialista? Relembrando o conceito vemos que ele abarca o surgimento de subcentros econômicos de acumulação mundial que se diferenciam fundamentalmente de outros países subdesenvolvidos, pois:

- Possuem um grau médio de composição orgânica nacional do capital;

- Seguem uma dinâmica de contradições, assumindo uma lógica de cooperação antagônica com o centro imperialista;

- Buscam a hegemonia regional

Tais características já sugerem grande dificuldade na sua observação empírica através de um método analítico. Mesmo aquela que parece mais quantificável, a composição orgânica média do capital, não é bem precisada por Marini. Segundo Belluce (2011), na tentativa de formular um indicador que torne operacional a dimensão subcentros econômicos, Marini elege como parâmetro o coeficiente manufatureiro no PIB, estipulando como graus

médios de composição orgânica aqueles países com uma produção manufatureira igual ou superior a 25% de seu produto interno. É, portanto, uma dimensão arbitrária e que pode ser questionável. A existência de países subdesenvolvidos com alta composição orgânica do capital seria exceção? É evidente, no entanto, que esse elemento isoladamente não reflete o conceito de Marini, que abrange a cooperação antagônica e a busca pela hegemonia regional, além das medidas do Estado para enfrentar o problema da realização do capital.

A lógica de cooperação antagônica e a busca pela hegemonia regional são ainda mais intangíveis, pois adentram o campo da subjetividade e das relações internacionais. Em relação ao tema, destaca-se o trabalho de Luce (2011), onde o autor cria uma escala de cooperação entre o subcentro de acumulação e o Estado Imperialista, visando identificar tipos de alinhamento ao imperialismo central, dando assim maior operacionalização ao tema. Em seu modelo, há quatro lógicas de alinhamento, que representam possíveis combinações de antagonismo e cooperação entre o país subimperialista e o centro imperialista: Integração hierárquica vertical; Integração hierárquica piramidal; competição antagônica; e antiimperialismo. Nessa seqüência, cria-se uma escala que vai do alinhamento automático e imediato ao confronto e enfrentamento ideológico com o centro imperialista. A cooperação antagônica, que caracteriza o subimperialismo, é entendida como “um alinhamento preferencial, concomitante com oposições em temas específicos”.

Percebe-se que, por mais se tente operacionalizar o termo, há grande dificuldade em traduzi-lo empiricamente. Não é esse fator, no entanto, que restringe a validade ou não dos conceitos teóricos. O objetivo aqui é simplesmente demonstrar como tanto o conceito de semiperiferia como o conceito de subimperialismo enfrentam dificuldades em operacionalizar seus componentes teóricos.

7 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho, construiu-se um grande apanhado sobre o estudo das zonas intermediárias na economia-mundo capitalista. A existência de duas teorias que partem de bases de análise diferentes mostrou-se um indicador da complexidade inerente ao tema, desdobrando-se em múltiplas formas de abordagem.

Distinguiu-se que, apesar de tanto o termo “semiperiferia” quanto o termo “subimperialista” tentarem refletir uma posição intermediária de certos Estados na economia mundial, existe uma diferença fundamental entre eles: a unidade de análise. Talvez seja esse o mote crucial de contraponto entre as duas vertentes, pois daí origina-se grande parte das divergências que puderam ser constatadas entre as duas terminologias.

Partindo desse estopim, o aprofundamento da discussão permitiu esclarecer que, para Wallerstein, somente a economia-mundo, considerada em sua totalidade, deve ser utilizada como marco geral de todas as análises econômicas. A idéia da existência de um sistema interestatal torna-se fundamental na análise das dinâmicas globais. Ou seja, Wallerstein entende que a figura do Estado na economia-mundo é de grande relevância, e não pode ser desconsiderada nos estudos econômicos. Isso não significa dizer que Marini negue a existência dos Estados ou renegue sua importância. Mas sim que o autor concentra seu estudo nas variáveis puramente econômicas. Sem embargo, o termo subimperialismo ganha real consistência quando o estudo foca-se ou tem por objeto de análise economias e Estados individuais. É inegável, no entanto, que o conceito de subimperialismo é uma importante contribuição ao pensamento social e econômico, especialmente quando utilizado para explicar o fenômeno surgido nos anos 1960, do qual o Brasil é um dos principais representantes. Mas de fato ele não representa o mesmo que a categoria econômica “semiperiferia”.

Ao analisarmos a função dos Estados intermediários, percebeu-se também que Wallerstein confere à semiperiferia um caráter estabilizador, que atua tanto politicamente quanto economicamente. Quanto ao primeiro ponto, a semiperiferia serve como um amenizador das discrepâncias sociais. Já para explicar sua importância política, Wallerstein destaca a existência de um único sistema interestatal, mas composto por uma multiplicidade de Estados em seu interior. Quando os Estados centrais não conseguem mais explorar certa atividade, esta é “transferida” à semiperiferia, que deve ser capaz de explorá-la. Marini também percebe a função de escoamento da zona intermediária, que diante da maior taxa de mais-valia que proporciona, é utilizada pelos monopólios dos países centrais tanto como

mercado de fator de produção como mercado consumidor. De certo modo, tanto a semiperiferia de Wallerstein como o Estado subimperialista de Marini convergem para um ponto comum aqui. No entanto, o Estado subimperialista de Marini assume sua real personalidade quando tenta ultrapassar os problemas de realização interna advindos dessa situação intermediária. Na tentativa de relacionar os dois termos em debate, pode-se chegar aqui a uma conclusão importante: o subimperialismo pode ser entendido como um caráter especial assumido pela semiperiferia quando esta padece dos problemas de realização. Indo mais além, poderíamos dizer que o subimperialismo é uma condição quase natural e inevitável de um Estado semiperiférico, que por definição, está exprimido entre o centro e a periferia, sendo explorado pelo primeiro, e procurando explorar o segundo. Não se trata, porém, de igualar as duas temáticas. Tal tarefa seria impossível dada a amplitude do termo semiperiferia e a particularidade do termo subimperialismo. Enquanto o primeiro trata das relações entre capitalistas particulares, o segundo trata da dependência entre nações.

Destacou-se também que ambos os termos utilizam-se do conceito de troca desigual. Para Marini esta se dá na defasagem relativa entre as mercadorias exportadas e importadas pela economia dependente. Já para Wallerstein, mais uma vez é imprescindível considerar o papel do Estado, já que ele condiciona a troca desigual ao apresentar-se mais forte nos Estados centrais, exercendo sua superioridade sobre os demais Estados não-centrais. Essa superioridade de um ou outro Estado seria um fruto histórico, remetendo às relações metrópole-colônia.

Em suma, ficaram claras as substanciais diferenças que os termos carregam em seus respectivos arcaibouços. Percebeu-se que os termos não são sinônimos, mas que em diversos momentos utilizam-se de idéias similares. Mais além, à parte de todas as diferenciações metodológicas e conceituais expostas ao longo do trabalho, pôde-se perceber que o subimperialismo é uma situação particular da semiperiferia. Tal evidênciação é essencial para que futuros estudos possam utilizar os conceitos elaborados por Wallerstein e Marini e aplicá-los na realidade, sendo esta, talvez, a maior contribuição do presente trabalho.

8 REFERÊNCIAS

- ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX. Contraponto**; São Paulo:UNESP, 1997
- ARRIGHI, G. **The Geometry of Imperialism: The Limits of Hobson's Paradigm**. London: 1978.
- BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987
- BUENO, Fábio; SEABRA, Raphael. **A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea**. Disponível em <<http://www.rosa-blindada.info/b2-img/Lateoradelsubimperialismobrasileiro.pdf>> Acesso em 12 de junho de 2011
- FRANK, A. G. **The development of underdevelopment**. *Monthly Review*, v.18, n.4, 1966.
- GASPAR, Ricardo Carlos. **Sistema-Mundo, Estados Nacionais e o Espaço dos Poderes Locais**. Disponível em: <<http://www.rosa-blindada.info/b2-img/Lateoradelsubimperialismobrasileiro.pdf>> Acesso em 12 de junho de 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991
- HOBSON, John, A. **Imperialism, a study**. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/hobson/1902/imperialism/index.htm>. Acesso em 10 de outubro de 2011.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/Lênin/1916/imperialismo/index.htm>. Acesso em 11 de julho de 2011.
- LUCE, Mathias Seibel. **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital**. A história de um conceito. Março de 2011. 223 f. Pós-graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo : EPU, 1986
- MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: Dependência e Integração**. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.
- MARINI, Ruy Mauro. **Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo**□, en *Foro Internacional*, vol. 4, n. 20, 1965
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora**□, en *Sociedad y desarrollo*, vol.1, n.1, Santiago de Chile, marzo de 1972

- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesarrollo e Revolución**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1974
- MARINI, Ruy Mauro. “**La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo**”. In: Cuadernos Políticos nº 12, Ediciones Era, México, abril-junio de 1977, p.17.
- MARINI, Ruy Mauro. **La dialéctica del desarrollo capitalista en Brasil (1966)**. *En publicación: América Latina, dependencia y globalización* Martins, Carlos Eduardo (comp.); Marini, Ruy Mauro CLACSO, Consejo latinoamericano de Ciencias Sociales; Siglo del Hombre Editores, Bogotá. 2008.
- MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da Economia Política. Vol. I,1, São Paulo: Abril Cultural, "Os economistas", 1983.
- MELLO, J.M.C. **O capitalismo tardio**. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MILL, J. S. Considerations on representative government. London: Longmans, Green, and Co: 1861.
- PRADO, Fernando Correa. **Impensar El Desarrollo En América Latina**: elementos para la crítica al neodesarrolismo actual a partir de la teoría marxista de la dependencia y el análisis de sistemas-mundo. 2010. 134 f. Dissertação (Mestrado em estudos latino-americanos) Universidade Nacional Autônoma do México, Mexico, 2010.
- ROJAS, C.A.A. Immanuel **Wallerstein y la perspectiva crítica del “Análisis de los Sistemas-Mundo**. Textos de Economía, Florianópolis, v.10, n.2, 2007.
- SADER, Emir. **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: São Paulo; Boitempo, 2009. 389 p.
- SEELEY, John Robert. **The Expansion of England**. London: Macmillan. 1883.
- VIEIRA, P. A. **Uma crítica ao conceito de dependência a partir do conceito de economia-mundo**. Cadernos de Economia (UNOESC), Chapecó, v. 15, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas-mundo**. *Una introducción*, Siglo XXI Editores, México D.F., 2005
- WALLERSTEIN, Immanuel. **El Capitalismo histórico y movimientos antisistémicos**: un análisis de sistemas-mundo. Ediciones Akal, 2004
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System**. New York: Academic Press, 1974.
- WALLERSTEIN, Immanuel. **The capitalist world-economy**, Cambridge University Press, New York, 1991